

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 13 DE AGOSTO DE 2009

NÚMERO 6.072

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL**
Líder: Angela Albino

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.ale.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2072
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 014ª Sessão Especial da
16ª realizada em 05/08/20092
Ata da 063ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 6/08/20096

Atos da Mesa

Ata da Mesa DI20
Atos da Mesa.....20

Publicações Diversas

Ata da Coordenadoria de
Licitações21
Atas da Procuradoria.....21
Aviso de Resultado21
Extrato.....21
Medida Provisória22
Ofícios.....22
Portarias23
Projetos de Lei23
Projetos de Resolução.....26
Proposta de Sustação de Ato ... 28

PLENÁRIO

ATA DA 014ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

EM HOMENAGEM AO SINDICATO DA
HABITAÇÃO - SECOVI
FLORIANÓPOLIS/TUBARÃO, NA PASSAGEM
DOS SEUS 15 ANOS DE ATUAÇÃO EM SANTA
CATARINA.

SUMÁRIO

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Enfatiza a
importância do Secovi num mercado imobiliário
pujante, gerador de emprego e renda, que
possibilita melhor qualidade de vida aos
catarinenses.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reforça a impor-
tância de uma categoria que trabalha na
defesa e na garantia dos direitos dos que
adquirem uma moradia.

GILBERTO VIDAL GUERREIRO - Agradece a
homenagem e externa sua alegria em repre-
sentar as pessoas que contribuíram para o
crescimento do Secovi.

BRUNO BREITHAUPT - Rende homenagem
àqueles que conduziram e conduzem o
mercado imobiliário e habitacional do esta-
do, em função papel fundamental que
exercem no crescimento do país.

FERNANDO WILLRICH - Lembra que o
Secovi caminha para a vida adulta, para
mais responsabilidade e mais trabalho e
parabeniza todo o mercado imobiliário.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO
TOMELIN - Invocando a proteção de Deus,
declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para tomar assento à
mesa as seguintes autoridades que serão
nominadas para compô-la:

Excelentíssima senhora Maria Darci
Mota Beck, presidente da Cohab, neste ato repre-
sentando o excelentíssimo senhor governador do
estado, Luiz Henrique da Silveira;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Fernando
Amorim Willrich, presidente do Sindicato da
Habitação de Florianópolis, Tubarão -
Secovi/Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Salomão
Mattos Sobrinho, secretário executivo de
Serviços Públicos, neste ato representando
o excelentíssimo senhor Dário Elias Berger,
prefeito municipal de Florianópolis;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor tenente-
coronel José Aroldo Schlichting, neste ato
representando o comandante-geral da Polícia
Militar, coronel Eliésio Rodrigues;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado
José Natal, neste ato representando o
Parlamento catarinense;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Bruno
Breithaupt, presidente do Sistema
Fecomércio, neste ato representando todos
os homenageados.

(Palmas)

Minhas senhoras e meus senho-
res, inicialmente quero justificar a ausência
da deputada Angela Albino, que é coautora
do requerimento para a realização desta
sessão especial, mas que por motivo de
força maior não pôde estar presente e
solicitou que justificássemos a todos, ao
setor imobiliário catarinense, aos repre-
sentantes do Secovi, ao Parlamento catari-
nense, a sua ausência, desejando-nos uma
grande sessão especial.

Ela é sabedora da importância do
setor em Santa Catarina, em especial de
Florianópolis a Tubarão, mais especifica-
mente na capital, onde ela exerce um
mandato de deputada estadual.

Excelentíssimas autoridades, a
presente sessão especial foi convocada por

solicitação deste deputado e da deputada Angela Albino, com a aprovação de todos os parlamentares de Santa Catarina, em homenagem ao Secovi, Sindicato da Habitação de Florianópolis até Tubarão, pela passagem dos seus 15 anos de existência.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Edgar Mohr, vice-presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina;

Senhor Moacir Pasin, 2º vice-presidente, neste ato representando o Creci de Santa Catarina;

Senhor Hélio Bairos, presidente do Sinduscon;

Senhor Raul Ducato, presidente do Crea;

Senhor Alcides Andrade, diretor-geral da secretaria de Ciência e Tecnologia.

Neste momento, passo a condução dos trabalhos ao deputado José Natal, para que na condição de autor, ao lado da deputada Angela Albino, possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Convido a fazer uso da palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Excelentíssimo senhor deputado José Natal;

Excelentíssima senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab;

Excelentíssimo senhor Fernando Amorim Willrich, presidente do Sindicato da Habitação de Florianópolis e Tubarão;

Excelentíssimo senhor Salomão Mattos Sobrinho, secretário executivo de Serviços Públicos, neste ato representando o prefeito da capital, Dário Berger;

Excelentíssimo senhor tenente-coronel da PM, José Aroldo Schlichting, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Eliésio Rodrigues;

Excelentíssimo senhor Bruno Breithaupt, presidente do Sistema Fecomércio, aqui representando todos os homenageados desta noite.

Quero, inicialmente, reafirmar que este Parlamento tem um compromisso com o desenvolvimento de Santa Catarina. E o setor do qual os senhores fazem parte e representam é um setor importante e pujante para o nosso estado. Importante na geração de emprego e renda e importante para uma nação, um estado e um município desenvolvidos. Por isso, nada mais justo do que uma sessão especial, quando o Secovi completa 15 anos de existência no estado. Os vários Secovis devem sentir-se também homenageados, porque todos eles fazem um grande trabalho nas suas regiões.

Quero dizer que são 15 anos de ação prática, 15 anos de ação com conteúdo. Recentemente participei de um debate com diversos síndicos na capital. Foi um debate produtivo porque as pessoas estavam interessadas no conteúdo, para transformar esse conteúdo em ação, esse conteúdo em prática, no dia-a-dia dos catarinenses.

Quem de nós não tem uma atuação que passa pela atuação dos senhores? Quem de nós não adquiriu, comprou ou vendeu? Quem de nós não mora, talvez, num condomínio? Quem de nós não foi a um *shopping center*? Quem de nós não participou, viu ou comprou um loteamento ou uma fração de um loteamento?

Vejam a importância dos setores que os senhores representam, setores esses que foram o epicentro da crise nos Estados Unidos e que, mesmo assim, representam o mundo numa crise sem precedentes. Aqui em Santa Catarina e no Brasil conseguimos sair totalmente ileso dessa crise. É um setor que se aperfeiçoa, um setor em crescimento.

Ainda no início da sessão eu conversava com um dos senhores que me dizia o seguinte: "Olhe, existem dois setores que vão crescer muito: um é o nosso e o outro que nunca vai deixar de crescer é a política". Mas eu tenho certeza, deputado José Natal, que nós precisamos mudar, que a política precisa mudar, mas que talvez o Secovi não precise. O setor precisa crescer, mas nós políticos precisamos mudar. E mudar muito, mudar a fórmula de fazer política. Mas esse não é o tema desta noite festiva e desta sessão especial.

Quero também dizer que nesta Casa somos autor de um dos projetos de lei que visam tirar o inadimplente dessa condição, trazê-lo para ser um bom pagador, porque o inadimplente de condomínio coloca a sua inadimplência - se for uma inadimplência realmente objetiva, por uma crise, pela falta de emprego, ninguém quer ser inadimplente - no colo e no bolso do bom pagador. E para podermos auxiliar, o Parlamento catarinense tem este compromisso: trazê-los para a situação da adimplência.

E foi dentro desta Casa, numa reunião no ano passado, junto com o presidente do Secovi de Florianópolis e Tubarão, que criamos a Lei dos Condomínios, colocando o inadimplente no Serasa ou no SPC, se ele não voltar a ser um bom pagador. É um instrumento forte na mão dos síndicos, que já está à disposição em São Paulo e no Rio de Janeiro, estados onde a taxa de condomínio caiu com a implementação da lei. Hoje a taxa de condomínio é de 10% a 15% mais alta em virtude da inadimplência. O morador do apartamento 101, por exemplo, joga no colo do morador do apartamento 102, a quem nem conhece, a sua inadimplência.

Vejam que quando alguém vai ao comércio, compra uma geladeira, se essa pessoa não paga, tem o seu nome inscrito no Serasa e no SPC. E quem vende geladeira já tem provisão para devedores duvidosos, já tem isso, é do negócio. Mas mesmo assim há um instrumento forte que os condomínios não têm. Os condomínios não têm um instrumento, caro Bruno Breithaupt, e por isso vamos colocar um instrumento forte na mão do síndico. Agora, primeiramente vem a negociação. E em São Paulo já baixou a inadimplência.

Senhores, num curto prazo, se essa lei não for implantada, os condomínios passarão a ter, sim, provisão para devedores duvidosos. Se o condomínio, hoje, é de R\$ 100,00, deveria ser de R\$

90,00, porque 10% é inadimplência, e ele passará para R\$110,00, porque talvez 10% seja a provisão para devedores duvidosos. E aí estamos falando de 20% majorados no condomínio de todos aqueles que vivem no edifício, por conta da inadimplência.

Uma lei dura para problemas graves. Não existe solução perfumada. Para problema grave não existe solução perfumada! Por isso, quero aproveitar este momento solene, de júbilo, de estímulo, de parabéns aos homenageados, para pedir o apoio dos senhores para pressionarem os deputados a dizerem "sim" ou "não" ao inadimplente. Eu preciso do apoio dos senhores, pois essa lei vai melhorar, inclusive, a relação entre as pessoas que moram em condomínios. Quem de nós não viu um apartamento ir a leilão público por conta do não pagamento? Quem de nós não viu alguém jogar nos braços da morosidade da Justiça a sua inadimplência? Ou quem de nós não assistiu a uma situação controversa entre um inadimplente de condomínio e pessoas que o recriminam pela questão da inadimplência?

Peço, pois, o apoio para que possamos aprovar essa lei o quanto antes e melhorar a qualidade de vida dos catarinenses.

Encerro dizendo que 15 anos é um tempo muito grande para deixar o Parlamento catarinense reconhecer. São 15 anos de atuação, 15 anos de trabalho de um setor que emprega, e emprega muito, de um setor que cresce, e cresce muito, e que haverá de crescer ainda mais.

Parabéns a todos os homenageados! Parabéns a todos que fazem desse setor um setor que emprega, que gera qualidade de vida, um setor pujante da economia catarinense e que se destaca cada vez mais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Devolvo a condução da sessão ao deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria de ouvir agora o deputado José Natal, para parabenizar o Secovi pelos seus 15 anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Boa-noite a todos e a todas, sejam bem-vindos a esta Casa! É com muito orgulho que os recebemos nesta noite para homenageá-los. Quero cumprimentar o proponente desta sessão especial que se realiza na noite de hoje.

Quanto ao deputado Honorato Tomelin - eu o chamo assim para provocá-lo -, mas o deputado Giancarlo Tomelin é um grande amigo que chegou a esta Casa recentemente, desde logo querendo incendiar o Parlamento de Santa Catarina, pois gosta da inovação na forma de legislar. E é disso realmente que precisamos nos Paramentos brasileiros, amigo Tomelin, pois comungamos dia a dia de como realmente deve ser conduzida a política brasileira. Vamos suar muito, mas não vamos desistir. E nesta noite ele já está aqui com uma proposta na área dos senhores. Então, parabenizo-o.

Quero parabenizar o nobre tenente-coronel da Polícia Militar, José Aroldo

Schlichting, que neste ato representa o comandante-geral da Polícia Militar do estado Santa Catarina.

Cumprimento também o professor, eterno amigo, Salomão Mattos Sobrinho, que faz parte da equipe de trabalho da Prefeitura Municipal de Florianópolis, representando neste ato o prefeito Dário Berger.

Também cumprimento o sr. Fernando Amorim Willrich, presidente do Sindicato da Habitação de Florianópolis e Tubarão, dizendo que é muito bom tê-lo nesta Casa junto com os demais companheiros.

Por fim, cumprimento a sra. Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina.

Quero dizer que 15 anos na linguagem popular é quando se começa a vida ou quando se debuta, dando a partida para a vida em sociedade, em comunidade. Mas o Secovi quando foi criado, deputado Giancarlo Tomelin, demais srs. deputados, já foi direcionado para uma causa. E nesta noite estamos a comemorar, sim, aquilo que o sindicato traçou como uma meta e que de imediato conquistou. Com o passar dos tempos se aperfeiçoou e hoje é um órgão extremamente respeitado em todos os níveis no estado de Santa Catarina e no país. As classes organizadas com seus representantes têm ajudado, sim, em todos os sentidos este país e principalmente os senhores que representam a construção civil de Santa Catarina.

Quem é político e quem milita nessa área há tanto tempo - e eu posso colocar-me nesse patamar, pois irei completar 20 anos de vida pública - sabe que há muito se fala em política, em educação, em saúde, em habitação, grandes angústias da população brasileira. Há aquele ditado que diz: quem casa quer casa. Esse ditado é e continuará sendo um lema de vida das pessoas.

Quero só contar uma vivência minha à época em que fui vereador na cidade de São José, e muitos aqui provavelmente irão concordar comigo, deputado Giancarlo Tomelin.

No passado as famílias eram enormes, grandes, e o sacrifício dos pais era realmente construir uma casa para poder abrigar todos os seus. E com o passar dos tempos todo mundo que casa quer uma casa, mas vivenciamos situações muito difíceis nos dias atuais, como há alguns anos. Mas graças aos senhores e alguns outros ou tantos outros que representam essa categoria, muita gente possui realmente uma casa para morar neste país e é olhada em algumas situações de outra forma ou de outra maneira.

Mas quero, como deputado, como quem vive o dia-a-dia na angústia de quem realmente não tem uma casa, de quem vive realmente na angústia daquilo que foi colocado pelo deputado Giancarlo Tomelin: "eu moro; no meu telhado está chovendo; mas o vizinho do lado não tem; não paga e continua chovendo; há uma goteira no meu apartamento", somar-me a v.exa., deputado Giancarlo Tomelin. Eu me somo a v.exa. nessa causa e tenho certeza absoluta de que os representantes dela irão somar-se a v.exa. para que se possa a cada dia dar

mais condições de representatividade àqueles que precisam de um sindicato para cada vez mais fortalecer a categoria.

Parabéns a vocês por esses 15 anos de trabalho e de luta. Com certeza absoluta, esse reconhecimento feito nesta Casa pelo deputado Giancarlo Tomelin, juntamente com os demais deputados, é de coração e verídico, porque ele sabe que os senhores e as senhoras, que são do ramo, têm um papel importante no desenvolvimento deste estado e na questão de se ter uma casa para morar, tendo alguém que garanta os seus direitos.

Nós nos somamos a isso e estamos felizes por tê-los aqui nesta noite.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado José Natal.

Registramos a presença do presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Doreni Caramori Júnior, juntamente com o sr. Luciano Rossi Pinheiro.

Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo e do Sindicato da Habitação.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Queria lembrá-los que esta sessão especial está sendo transmitida para todo o estado de Santa Catarina pela TVAL e será reprisada em outros dias desta semana.

Neste momento, o Poder Legislativo e o Sindicato da Habitação de Florianópolis/Tubarão - Secovi - presta homenagem às pessoas e às instituições que muito contribuíram para o fortalecimento do sindicato.

A seguir, o Parlamento catarinense presta uma homenagem ao Secovi Florianópolis/Tubarão pela passagem dos seus 15 anos de trabalho em prol do desenvolvimento econômico sustentável catarinense e representação do mercado imobiliário e condominial das regiões de Florianópolis e Tubarão.

Convido o sr. deputado Giancarlo Tomelin para fazer a entrega da homenagem ao sr. Fernando Willrich, neste ato representando o Secovi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Giancarlo Tomelin, acompanhado do sr. Fernando Willrich, presidente do Secovi, para fazer a entrega da homenagem ao Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina, representado neste ato pelo sr. Antônio Moser, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis, representado neste ato pelo sr. Hélio Bairros, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora prestaremos a homenagem ao Conselho Regional dos Corretores de

Imóveis de Santa Catarina, representado neste ato pelo sr. Moacir Pazin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Chamo à frente o sr. Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio, para, juntamente com o deputado Giancarlo Tomelin, fazer a entrega da homenagem ao sr. Leandro Ibagy.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Giancarlo Tomelin, acompanhado do sr. Bruno Breithaupt, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Calil Cherem Netto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Chamo à frente o deputado José Natal e o sr. Fernando Willrich para fazerem a entrega da homenagem à Fecomércio, neste ato sendo representada pelo sr. Bruno Breithaupt, seu presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao sr. Raul Zucatto, presidente, neste ato representando o Crea/SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O deputado José Natal, acompanhado do sr. Fernando Willrich, presta a homenagem agora ao sr. Valério Berkenbrock pelos relevantes serviços prestados ao Sindicato da Habitação e ao mercado imobiliário catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao sr. Gilberto Vidal Guerreiro, ex-presidente do Secovi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada pelo deputado José Nadal e pelo sr. Fernando Willrich ao sr. Marcelo Faria Brognoli, ex-presidente do Secovi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Prestaremos a homenagem agora ao sr. José Henrique Domingues Carneiro, ex-presidente do Secovi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Convido o sr. Gilberto Vidal Guerreiro para fazer uso da palavra, neste ato representando todos os ex-presidentes do Secovi.

O SR. GILBERTO VIDAL GUERREIRO - Excelentíssimo sr. deputado Giancarlo Tomelin, presidente da mesa, e demais componentes, srs. presidentes de entidades que estão presentes, srs. parlamentares, srs. homenageados, senhoras e senhores, eu sinto uma alegria especial e um grande prazer por representar, nesta tribuna, os ex-presidentes do Sindicato da Habitação de

Florianópolis/Tubarão. E eu registro a presença do dr. Marcelo Faria Brognoli, ex-presidente, que atualmente ainda pertence à diretoria do Secovi, ocupando o cargo de vice-presidente de Administração e também vice-presidente, atendendo a área do nosso jornal do mercado imobiliário, o *Classimóveis*.

Registro ainda a presença do sr. José Domingues Carneiro, também em atuante vice-presidente do Secovi e que me antecedeu nessa labuta.

E o meu prazer, a minha honra de falar em nome dos vice-presidentes é porque conheço muito de perto o que significa ser presidente de uma entidade como o Secovi e poder, dessa maneira, marcar um caminho na história de uma entidade que tem o grande significado que o Sindicato da Habitação possui.

A partir da sua inauguração, nos idos de 1994, até hoje, momento em que ele está debutando, o Secovi soube caminhar pela linha de se estabelecer como forte representante patronal da robusta área imobiliária do estado de Santa Catarina. E os nossos presidentes, ex-presidentes, assim como o presidente atual, sr. Fernando Willrich, têm muita responsabilidade e mérito nesse sentido. Eu agradeço, em nome dos ex-presidentes do Secovi, o fato de estarmos neste momento no rol dos homenageados.

Contudo, eu queria mencionar que o crescimento a consolidação, a representatividade de uma entidade e o desenvolvimento de um segmento econômico, como é o segmento econômico imobiliário, tem muito a ver com os componentes e os empresários que fazem parte como um todo desse segmento e dessa entidade, e não necessariamente a uma pessoa ou a um pequeno grupo.

É por isso que eu peço vênica, caro deputado Giancarlo Tomelin, para dedicar essa homenagem também a todos os empresários do setor imobiliário, a todos os corretores de imóveis, a todos aqueles que em qualquer momento tenham feito parte do Secovi e da sua diretoria, independentemente terem sido ou não presidentes. Eu a quero dedicar, deputado Giancarlo Tomelin, também, evidentemente, a todos os atores que se fazem presentes para a realização daquele sonho tão acalentado por toda a família brasileira, que é o sonho da casa própria. E assim sendo, srs. integrantes da mesa, assim sendo, srs. homenageados, assim sendo, senhoras e senhores, eu não poderia deixar de mencionar que temos um genuíno orgulho de ser cidadão catarinense.

Santa Catarina é o quarto estado no *ranking* nacional em venda *per capita*; é um estado pujante pela sua economia forte, pela cultura do seu povo, pelas suas instituições, aflorando a presença do Poder Legislativo deste estado, reduto de políticos de elite e presente em todos os rincões do estado barriga-verde, com a qualificação do seu trabalho, com a oportunidade das leis que cria e credita.

Enfim, agradeço - e faço-o em nome dos ex-presidentes - a homenagem que nos foi oferecida, e fazemo-lo de maneira enfática e até emocionada. E assim, agradecendo, eu deixo o meu muito obrigado por me ouvirem!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradecemos ao sr. Gilberto Vidal Guerreiro pelas palavras.

Com a palavra o sr. Bruno Breithaupt, neste ato representando a Federação do Comércio de Santa Catarina e todos os homenageados.

O SR. BRUNO BREITHAUPT - (Passa a ler.)

"Quero cumprimentar o deputado Giancarlo Tomelin, todos os deputados que estão presentes e os demais componentes da mesa.

Cumprimento o presidente do Secovi, Fernando Willrich, e estendo a minha saudação à diretoria e aos colaboradores do sindicato.

Quero também saudar os que acompanham esta sessão pela TVAL e os srs. empresários homenageados.

Senhoras e senhores, boa-noite!

Quando falamos nas seis décadas de atuação da Federação do Comércio de Santa Catarina ou nos 15 anos de atividade do Secovi Florianópolis/Tubarão, remetemos a modelos concretos de legitimidade empresarial e patronal. Nesses 60 anos, a Fecomércio tem firmado sua representatividade no estado com projetos sólidos que contribuem para o crescimento das categorias econômicas do comércio de bens, serviços e turismo.

Por intermédio do Sesc e do Senac, o Sistema Fecomércio realizou uma obra imensurável no que diz respeito ao aprendizado e à formação de profissionais para as atividades comerciais, e pertinente ao bem-estar social da classe dos comerciantes. E a atuação vigorosa da Fecomércio, srs. deputados, é plausível em todos os municípios catarinenses também em virtude da representatividade e do fortalecimento dos 61 sindicatos patronais filiados à entidade e da consequente expansão das atividades comerciais.

Mas hoje, presidente Fernando Willrich, quero também acolher essa proposição da deputada Angela Albino e do deputado Giancarlo Tomelin e render uma justa homenagem àqueles que conduziram, e conduzem, o mercado imobiliário e habitacional do nosso estado, porque o real significado dessa celebração remete-nos ao papel que esse setor tão fundamental no crescimento do país exerce na economia.

O impressionante crescimento deste segmento teve início em 2004, quando o governo estimulou os bancos a aumentarem o volume de recursos destinados ao financiamento de imóveis e promulgou uma legislação que deu mais segurança ao investidor. Desde então, o setor não para de crescer. Embora as obras de infraestrutura venham respondendo por uma parcela crescente do emprego, a maior parte das novas vagas continua originando-se no setor imobiliário, e o bom desempenho não teria sido possível sem outros dois fatores: a estabilidade econômica e o aumento da renda das famílias.

É com o propósito de discutir o setor que, atendendo uma solicitação do Secovi, iremos instalar, neste semestre, a Câmara do Mercado Imobiliário junto à Federação, órgão colegiado e consultivo que

atuará na representação e defesa dos interesses da categoria com propostas em âmbito econômico, social, financeiro e tributário. Assim como já acontece na Câmara Empresarial do Comércio de Material de Construção, iremos estreitar o diálogo com os empresários e representantes do setor e também dar encaminhamento aos interesses da categoria, inclusive junto a esta Casa.

Ações como essa, aliadas à intensa atuação do Secovi por meio de empresários e dirigentes comprometidos com o desenvolvimento do mercado imobiliário catarinense e brasileiro têm de ser destacadas. Desejo, dessa forma, que o Secovi se mantenha forte e representativo em defesa dos interesses da categoria."

Quero agradecer ao Secovi a homenagem à Federação do Comércio e reafirmar o nosso compromisso de defender e aumentar a representatividade de nossa federação com a ajuda de todos os 61 sindicatos afiliados à nossa federação.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradeço as palavras do presidente da Fecomércio, sr. Bruno Breithaupt.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. Fernando Amorim Willrich, presidente do Secovi, neste ato representando todo o sindicato e sua diretoria.

O SR. FERNANDO AMORIM WILLRICH - Quero, de início, cumprimentar o sr. deputado Giancarlo Tomelin e assim fazendo cumprimentar todos os componentes da mesa.

Quero cumprimentar o presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina e assim o fazendo cumprimentar todos os homenageados que aqui estão.

Quero cumprimentar também o ex-presidente Gilberto Vidal Guerreiro, na pessoa de quem cumprimento toda a nossa diretoria, as antigas diretorias da entidade, os demais associados e empresários do setor imobiliário que estão aqui conosco, neste dia de alegria, neste dia de festa, que é a comemoração de 15 anos do Secovi.

De antemão, quero pedir vênica aos senhores para fazer um agradecimento muito especial à deputada Angela Albino e também ao deputado Giancarlo Tomelin, pelo requerimento feito à Assembleia Legislativa, onde nos encontramos, para realização desta sessão especial em homenagem à nossa entidade.

Como o deputado Giancarlo Tomelin aqui comentou, ele vem da iniciativa privada e está na Assembleia Legislativa ocupando uma cadeira há poucos meses. De qualquer forma, veio com força total e trazendo a alegria de nos propiciar, inclusive, esse projeto de lei, o projeto do protesto de taxas de condomínio em atraso, já em vigor em outros estados, eu diria.

Bom, como eu falei, estamos aqui comemorando os 15 anos da nossa entidade, o Secovi. As pessoas nos perguntam querendo saber a respeito do Secovi, o que significa Secovi.

O Secovi, originariamente, é o Sindicato das Empresas de Compra e Venda de Imóveis. Mas até em função de todo o

trabalho, de toda a representatividade, de todo o respeito que a entidade conquistou nos demais estados do país, onde existe há muito mais tempo do que no nosso, a exemplo do Secovi de São Paulo, que completará 66 anos de vida este ano, que é o nosso paradigma, o nosso ideal, assim como outros Secovis do Brasil, que fazem um trabalho também de grande respeito e de grande responsabilidade, como os nossos irmãos aqui do Rio Grande do Sul, do Paraná e também do Rio de Janeiro, durante a sua história, o Secovi abarcou as demais empresas do setor imobiliário, representando hoje não só as empresas de compra e venda, mas também as loteadoras, as incorporadoras, as urbanizadoras, as administradoras de bens próprios, de bens de terceiros, o aluguel, os condomínios, as administradoras de condomínio e os *shopping centers*, mercado pujante, como já foi falado, que cresce com responsabilidade.

Quero dizer que o Secovi representa todo esse mercado, o que é uma grande honra, o que é, sem dúvida, um grande trabalho. Mas hoje, além de simplesmente representar, o Secovi tem a honra de prestar serviços para as empresas do mercado através de convênios, de cursos, de palestras e das demandas em que a entidade se envolve e pleiteia junto ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, não só do nosso município, mas do estado, o que também é um grande trabalho.

Como foi falado aqui, o Secovi está fazendo 15 anos. Num rápido paralelo com a vida humana, ele nasceu, precisou de bastante ajuda nos seus primeiros passos para caminhar, daí a importância dos ex-presidentes aqui presentes e a homenagem às suas diretorias. Muitos hoje não fazem parte do mercado, outros não fazem mais parte da entidade, mas nem por isso deixaram de ter importância na história da entidade. Com 15 anos efetivamente estamos debutando, mas é uma entidade que caminha para a vida adulta, para mais responsabilidade, para mais trabalho e para isso, sem dúvida nenhuma, precisa que cada vez mais esses membros do mercado imobiliário a ajudem a tornar-se efetivamente uma entidade ainda mais sólida.

Sr. deputado Giancarlo Tomelin, as pessoas que trabalham no mercado im-

obiliário são sonhadoras, e digo isso com muita tranquilidade, pois basta v. exa. olhar para as pessoas que estão neste plenário, como para o dr. Antônio, que chega a rir um pouquinho: o senhor imaginou ou sonhou que um dia na sua vida poderia construir tantos prédios e tão grandes? Essas pessoas são sonhadoras, porque as pessoas que investem, seja por destino ou por vontade própria, seu tempo e sua vida no trabalho imobiliário são grandes sonhadoras, porque aquele que acredita nesse mercado, acredita na prosperidade de uma sociedade, pois um povo que não é próspero não tem um mercado imobiliário próspero também.

Por isso, sentimo-nos muito honrado em estar aqui na qualidade de presidente da entidade, neste momento de alegria não só para o Secovi, mas para todo o mercado imobiliário. Não posso deixar de dizer ainda que a diretoria do Secovi é e sempre foi formada por pessoas que no mercado imobiliário tiram tempo das suas empresas, da sua vida pessoal, das suas famílias para se dedicar a um trabalho não remunerado em prol da sociedade, melhorando o mercado, melhorando as cidades, melhorando assim o nosso estado e, quiçá, o nosso país.

Então, parabéns não só para o Secovi, mas para todos nós!

Muito obrigado e boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradeço as palavras do presidente do Secovi.

Quero dizer, presidente, rapidamente, que suas palavras me fizeram lembrar de uma história, de uma passagem nossa rápida durante uma eleição presidencial, quando tivemos a honra de acompanhar um candidato à Presidência da República que, ao pousar na cidade de Blumenau disse o seguinte: "Blumenau é uma cidade pujante, ela cresce muito". E perguntei como ele sabia, ao que respondeu: "Basta ver a quantidade de telhados novos das casas, isso significa pujança."

Quero agradecer à deputada Angela Albino, ao deputado José Natal e aos outros parlamentares que assinaram o requerimento que ensejou esta sessão especial, pois cada deputado tem direito a apenas uma sessão especial por ano e a

presente sessão está-se realizando porque a deputada Angela Albino cedeu, juntamente com os outros deputados, o seu espaço.

A deputada Angela Albino é uma deputada atuante, um valor novo na política, alguém que discutiu a construção civil, a importância do setor imobiliário e como regulamentá-lo dentro de Florianópolis, para que a capital catarinense, a mais bela capital do país, possa continuar a ser bela e grandiosa, acolhendo todos que para cá vêm em busca de prosperidade, como bem disse o presidente.

Então, em nome da deputada Angela Albino, novamente quero render minha homenagem aos 15 anos do Secovi. E não poderia encerrar, presidente Fernando Willrich, sem dizer o que diz a minha noiva, Kelly Graf: "Ninguém faz nada sozinho e quando faz é até enfadonho, o bom é fazer junto."

Quero também citar aqui a diretoria, que junto com o senhor coordena o Secovi: Marcelo Faria Brognoli, Celso Pereira Raimundo, Jussara Maciel Sebastião, José Bittencourt Furtado, Lédio de Novaes Martins, Leandro Ibagy, Gilberto Vidal Guerreiro, Calil Cherem Netto, José Ailton Rosa e os suplentes Ari Augustinho de Castro, Paulo César Coutinho de Azevedo e José Carlos de Oliveira.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, a todos que nos honraram com o seu comparecimento ao Plenário Osni Régis, do Parlamento catarinense, à sra. Maria Darcy Mota Beck, presidente da Cohab, que representa o governo Luiz Henrique e Leonel Pavan e convida todos para um coquetel no Espaço Jerônimo Coelho.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopsela - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grando -

Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reclama da falta de deliberação em função da falta de quórum.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Afirma que a base do governo contribuirá com informações acerca dos pedidos de informação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pede a agitação das obras para liberação da SC-468; aborda a necessidade de 30% da merenda escolar ser oriunda da agricultura familiar; anuncia mudanças no Plano Safra.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa o projeto de criação do piso regional dentro da conjunta econômica do país.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Faz a defesa dos cursos de educação a distância.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pede o aumento do consumo de suínos na merenda escolar; defende a aprovação de projeto que permita o reingresso de recursos de brasileiros depositados no exterior sem origem definida.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reporta-se ao 16º Congresso do PPS, a ser realizado no Rio de Janeiro.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta nota do jornalista Prisco Paraíso sobre a crise no Senado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Convida para o lançamento do projeto Acorda São Joaquim, na serra catarinense.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Cobra uma posição da senadora Ideli Salvatti no tocante à crise no Senado Federal.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Ironiza os senadores brasileiros.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Fala dos problemas concernentes à duplicação da BR-470.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Jen Kuhlmann pela cobrança do cumprimento do cronograma de duplicação da BR-470

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Afirma que o superintendente do DNIT comparecerá à comissão de Transporte para dar as informações necessárias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Afirma que a base do govno trabalha com transparência; parabeniza o radialista Maneca, de Lages, pelos recordes conquistados na área da comunicação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Cumprimenta o rdialista Maneca, de Lages.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Pede urgência na recuperação do porto de Itajaí; reivindica a permanência do IML em Itajaí.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Refere-se ao lançamento da campanha dos jornalistas, em função da decisão do STF de não exigir mais o diploma para o exercício da atividade jornalística; aborda a duplicação da BR-470 e a recuperação do porto de Itajaí; expressa apoio à posição da bancada do PT no tocante ao piso salarial regional.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Reafirma a necessidade da cobrança do cumprimento do calendário da duplicação da BR-470.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Apresenta projeto do vereador Dionísio Dio Maçaneiro, para o qual pede apoio.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a realização de congresso da CUT em São Paulo.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discorre sobre a participação da Casa na solução do saneamento básico da capital e da instalação de indústria fosfateira em Anitápolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala da falta de segurança na capital e discorre sobre a Conferência de Segurança Pública e suas propostas.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Faz sua despedida do Parlamento catarinense.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Parabeniza a deputada Angela Albino pela brilhante passagem pela Alesc.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Elogia o desempenho da deputada Angela Albino nos 60 dias em que ocupou uma cadeira no Legislativo catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Tece loas à participação da deputada Angela Albino no Parlamento estadual.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Agradece a participação brilhante da deputada Angela Albino nos embates legislativos durante 60 dias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença de diversas personalidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, acabamos de ouvir na leitura da ata que os vetos foram retirados e não foram deliberados. Acrescente-se ainda que durante esses dois dias, infelizmente, não deliberamos acerca de nenhuma matéria, ou seja, nem os vetos, nem os pedidos de informação.

Mas nós observamos, deputado Dionei Walter da Silva, que na terça-feira havia quórum até terminar o horário dos Partidos Políticos e quando chegou no horário de votarmos as matérias, na Ordem do Dia, por uma estratégia conduzida pela base governista, não se permitiu votar por falta de quórum. Ontem não foi diferente, pois quando chegou o momento das votações, novamente não houve quórum para deliberação.

Eu faço uma indagação aos srs. parlamentares: isso é bom para o Parlamento catarinense? Isso é bom para a sociedade catarinense? Será que é por conta dos pedidos de informação que constam da pauta? Ora, se for por conta disso, srs. deputados, o processo é democrático, pode-se votar a favor, pode-se votar contra, pode-se abster. Agora, não permitir que ocorra deliberação levanta suspeitas, deputado Reno Caramori, pois há dois dias não deliberamos. Dois dias!

Eu dizia poucos instantes atrás que não é bom para o Parlamento catarinense. Para que estamos nesta Casa? Para tomar decisões. Eu acho, olhando a pauta dos dois dias, que os pedidos de informação nada mais solicitam do que transparência e vou dar alguns exemplos.

O Pedido de Informação n. 0100/2009 solicita, após aprovado, evidentemente, ao presidente da Celesc

Holding informações sobre a ata da reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de junho do corrente ano.

O Pedido de Informação n. 0101/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli, solicita ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão informações sobre a previsão para o início das obras de reforma e restauração do Colégio Estadual Hercílio Luz daquele município.

O Pedido de Informação n. 0102/2009 solicita ao governador do estado informações sobre a previsão para o início das obras de pavimentação da SC-100, trecho balsa de Laguna ao Camacho.

O Pedido de Informação n. 0103/2009 solicita ao governador do estado informação sobre os motivos que levaram o governo do estado a editar o Decreto n. 2.292, de 4 de maio do corrente ano.

O Pedido de Informação n. 0104/2009 solicita ao presidente da Celesc informações sobre o processo de contratação por inexigibilidade de Licitação n. 762/2008 e alterações do contrato firmado com a empresa Elucid Soluções S/A.

O Pedido de Informação n. 0105/2009, deputado Reno Caramori, solicita ao presidente da Casan informações referentes ao acordo firmado entre a Casan e a Celesc, que resultou no pagamento do débito entre as empresas.

O Pedido de Informação n. 0106/2009 solicita ao presidente da Celesc informações sobre o acordo firmado entre a Celesc e a Casan, que resultou no pagamento do débito entre as empresas.

O Pedido de Informação n. 0107/2009 solicita ao presidente da Celesc informações sobre o Processo Licitatório n. 1284/2003 e o contrato firmado com a empresa Monreal Corporação Nacional de Serviços de Cobranças S/A, conforme as Deliberações n.s 236/2006 e 392/2008.

O Pedido de Informação n. 0108/2009 solicita informações sobre o contrato e pagamentos efetivados para contratação emergencial de seguros para subestações, através da Deliberação n. 029/2009.

O Pedido de Informação n. 0109/2009 é também para a Celesc e solicita informações sobre o processo que originou a contratação, em caráter emergencial, de serviço de vigilância através da Deliberação n. 086/2009, deputado Reno Caramori.

O Pedido de Informação n. 0110/2009, também enviado à Celesc, solicita informações sobre o processo que originou o contrato, em caráter emergencial, de prestação de serviços de suporte técnico das Unidades de Resposta Audível, através da Deliberação n. 086/2009.

Já o Pedido de Informação n. 0111/2009 solicita informações sobre o processo que originou o contrato da empresa Oracle do Brasil de prestação de serviços de suporte técnico das Unidades de Resposta Audível, através da Deliberação n. 086/2009.

O Pedido de Informação n. 0112/2009 solicita informações sobre o processo que originou o contrato, em caráter emergencial, dos serviços técnicos para

execução dos estudos/serviços necessários para obtenção de licença e autorizações ambientais, através da Deliberação n. 055/2009.

O Pedido de Informação n. 0113/2009 solicita informações sobre o processo que originou o contrato, em caráter emergencial, da LT 138 KV Garuva-Itapoá, através da Deliberação n. 081/2009.

O Pedido de Informação n. 0114/2009 solicita informações sobre o processo que originou o contrato, em caráter emergencial, dos serviços de limpeza e conservação autorizada pela Deliberação n. 009/2009.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. tem tido atitudes que nos levam a acreditar que é um homem público com interesse de elucidar, de esclarecer, de legislar, mas lamento que o Parlamento, nesses três dias, não tenha deliberado acerca dessas matérias.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Silvio Dreveck, a não deliberação deve-se à falta de quórum. Com certeza, na terça-feira, havendo quórum, vamos deliberar sobre esses pedidos de informação. E não vou impedir a deliberação, vou, inclusive, mais longe. Acerca de algumas questões constantes dos pedidos de informação feitos pela bancada do PP não só vamos deliberar, como vamos trazer as respostas. Faço questão de trazer a resposta a algumas questões, repito, constantes dos pedidos de informação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço, deputado, porque assim poderemos contribuir mais neste Parlamento, pois essas informações solicitadas referem-se ao exercício do nosso mandato parlamentar. É preciso que não fiquemos mais uma semana inertes no plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O Sr. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna para fazer um pedido, uma reivindicação da comunidade oestina, especialmente de São Lourenço do Oeste, Quilombo e Coronel Freitas, que está vivendo um problema na SC-468, que liga esses municípios. Lá, naquela região, caiu um bueiro e a rodovia está interditada. Com a chuva que está para vir, o desvio será feito pelo interior, deputado Reno Caramori, do município de Coronel Freitas. Ocorre que naquele local ficam atolados todos os carros e caminhonetes, os caminhões já estão sendo desviados, vão fazer o trecho por Campo Erê, por cima, por Pinhalzinho ou por Xanxerê, para ir para o lado do Paraná, porque grande parte da produção de milho vai para as agroindústrias do oeste catarinense por essa rodovia que liga São Lourenço do Oeste a Chapecó.

Ligamos ontem para o secretário de Desenvolvimento Regional pedindo

informações sobre qual ação o Deinfra está adotando para agilizar esse serviço. A informação que o secretário nos passou é que aquela obra poderá durar até 30 dias.

Assim sendo, nós queremos registrar a nossa preocupação em relação aos transtornos que isso está causando para a comunidade da região. Inclusive, a própria prefeitura de Coronel Freitas está colocando as suas máquinas à disposição para tirar os caminhões e as caminhonetes que atolam quando vão para o interior usando os desvios.

Por isso, peço ao governo do estado que autorize o Deinfra a colocar à disposição a estrutura para agilizar aquela obra e liberar aquela rodovia o mais rápido possível. Claro que a chuva do final de semana causou um problema sério com o rompimento do bueiro, abrindo uma grande vala que hoje torna praticamente impossível o tráfego de caminhões e carros, mas pedimos que essa obra seja realizada com a maior agilidade possível.

Outra questão que trago aqui, com muita satisfação, diz respeito ao MEC - ministério da Educação -, que na semana passada regulamentou a lei que garante que, no mínimo, 30% da merenda escolar venha diretamente da agricultura familiar.

Essa é uma medida muito importante para os agricultores familiares, pois eles poderão agora fornecer alimentação escolar às crianças das escolas municipais. Aqui nós estamos ainda estudando o caso e não sabemos qual a posição do estado, já que está adotando a terceirização e a privatização da merenda escolar, indo na contramão da visão que hoje está regulamentada em nível nacional, que abre uma perspectiva muito grande para a agricultura familiar, pois R\$ 2,2 bilhões são gastos pelo governo federal na compra de alimentação escolar.

Nós agora teremos uma grande tarefa, a partir dessa nova legislação: apoiar, dar suporte técnico-político aos municípios, às organizações, pois é importante que os agricultores se organizem e fortaleçam as suas organizações associativas, as suas cooperativas, para fornecer alimentação a todos os alunos. É importante que seja garantida uma alimentação de melhor qualidade, uma alimentação fresquinha e uma alimentação oriunda da agricultura familiar a essas crianças.

É uma medida importante que o ministério da Educação e o governo federal adotam, atendendo a uma reivindicação de muitos anos. E hoje, entre vários outros programas, há o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Doação Simultânea de Alimentos para o Fome Zero, e o agricultor poderá fornecer até R\$ 20 mil por ano de produtos a esses diversos programas implantados pelo governo federal.

Então, isso já dá uma condição muito melhor para os nossos agricultores que não estão integrados às grandes indústrias que produzem alimentos, ou para a comercialização de grãos e outras atividades, ou para os que produzem alimentos para a sua subsistência, pois com esses vários programas federais, o agricultor pode vender esses produtos a um preço melhor.

Por isso, ressaltamos a importância dessa legislação, de conseguirmos esse avanço em nível nacional, com a regu-

lamentação, para que os municípios possam comprar alimentos das organizações associativas dos agricultores ou das cooperativas preferencialmente. Inclusive, uma grande novidade nessa lei é que o produto orgânico tem preferência na compra, já que tem uma melhor qualidade para alimentar as nossas crianças.

Uma outra questão que está inserida no programa é trabalhar a alimentação escolar como um processo também pedagógico, pois se realizarão, inclusive, aulas dentro de cozinhas para ensinar as crianças a conhecer e preparar alimentos de boa qualidade. O importante é que as crianças já aprendam o que significa alimento de qualidade - e isso é muito importante -, assim como também a sua relação com as propriedades dos agricultores na produção de alimentos, vendo o local em que são produzidos, como são produzidos e o que se usa no processo produtivo. Então, essa interlocução na cozinha da escola, onde se prepara o alimento, com as crianças e os agricultores que produzem lá na terra, é um processo pedagógico importantíssimo, que também faz parte desse programa da alimentação escolar de qualidade vinda diretamente da nossa agricultura familiar.

Queremos registrar aqui a nossa satisfação por termos participado de toda a construção, durante os últimos dez anos, para chegarmos até a regulamentação dessa política tão importante da alimentação escolar no Brasil, que traz renda, que traz uma alimentação de melhor qualidade para as nossas crianças e que faz todo esse estudo pedagógico de um bom alimento para a qualidade de vida de todas as pessoas. E quero deixar muito bem registrada aqui, para toda esta Casa e para toda a população catarinense que nos acompanha, essa grande conquista que tivemos nos últimos dias.

Para finalizar, na próxima semana, traremos aqui todas as medidas e mudanças que ocorreram no Plano Safra deste ano, o que os agricultores podem acessar, qual a política a ser usada. Houve várias mudanças importantes aumentando recursos, e Santa Catarina vai ser beneficiada com mais de R\$ 2 bilhões neste ano, dentro dos R\$ 15 bilhões anunciados pelo governo federal para o Plano Safra.

Muito obrigado e até a próxima oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham nas galerias da Assembleia, bem como aqueles que nos acompanham através da Rádio Alesc Digital e da TVAL, quero rapidamente abordar dois assuntos que considero importantes: primeiramente, a questão do piso salarial que o governo de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, encaminhou a esta Casa para apreciação e, certamente, para aprovação, diante da análise que já fizemos.

Os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já estabeleceram, já instituíram o seu piso salarial. E existe a compreensão de que trabalhadores e patrões, sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores, precisam entender-se com relação ao valor dos seus salários.

Em segundo lugar, existe a compreensão de que o aumento do salário poderia causar inflação, desestabilizar a economia, trazer mais perturbação a essa situação de crise que vive a economia mundial, agravada pelas enchentes e pela gripe A que, erroneamente, relacionaram com os suínos.

Na verdade, a história mostra algo diferente. E lembro-me de que em 1993 e 1994, quando vice-prefeito de Brusque, o então prefeito e eu tínhamos o sonho de conseguir elevar os salários dos funcionários da prefeitura até US\$ 100, porque para um grande número de operários os menores salários estavam entre US\$ 50 e US\$ 60. E como o salário na época era indexado, o mercado vendia uma camisa a um décimo do salário mínimo e quando aumentava o salário mínimo, aumentava o preço da camisa, aumentava o preço do botão, aumentava o preço da linha, aumentava o aluguel, aumentava a gasolina, aumentava tudo, porque existia uma indexação na cabeça das pessoas de que quando aumentava o salário mínimo, os demais preços também eram corrigidos. Muita gente, por exemplo, alugava um apartamento pelo preço de dois salários mínimos; outros contratavam um funcionário para trabalhar na sua casa e pagavam o equivalente a dois salários mínimos, a um salário mínimo, a três salários mínimos, a algo correspondente ao salário mínimo. Chegou-se a ponto de que não se aumentaria o salário mínimo porque daria a impressão de que se desestabilizaria toda a economia.

O salário mínimo à época era de US\$ 50 a US\$ 70. Hoje o salário mínimo, depois de inúmeras ações implementadas pelo governo federal, com destaque para o período compreendido entre 1995 e 2002, quando Fernando Henrique, do PSDB, governou o país e instituiu um conjunto grande de reformas, reformas essas que até celebramos nos 21 anos do nosso partido, mais a desindexação do salário mínimo e o trabalho do seu aumento progressivo, hoje temos o valor de R\$ 465,00. Sabem quanto está o dólar hoje? R\$ 1,80. Se multiplicarmos R\$ 1,80 por três daria R\$ 480,00, ou seja, hoje o salário mínimo, deputado Moacir Sopelsa, está por volta de US\$ 300. Vamos botar US\$ 250, para dar uma folga. E dizer que há 13 anos, 14 anos tínhamos um salário mínimo de US\$ 50, US\$ 60!

Se fosse verdade que o aumento real do salário, o repasse de dinheiro para o trabalhador gerasse inflação, o que iríamos dizer quando comparamos 1995, 1996, 1997 com 1980, 1985, 1990 e mil novecentos e noventa e poucos, quando a inflação era de 15%, 20%, até 30% ao mês? O que causava inflação à época, se o salário mínimo era de apenas US\$ 50, US\$ 60? E agora, se são quase US\$ 300, por que temos essa estabilidade? Por que os juros vêm baixando? É devido a um conjunto de ações, evidentemente.

Srs. deputados, estou aqui para destacar, certamente, a decisão de Luiz Henrique de encaminhar para votação nesta Assembleia o projeto que estabelece o piso salarial regional, que dará estabilidade, segurança, apoio principalmente para os trabalhadores que não conseguem organizar-se em sindicatos, que não têm dissídio coletivo, que não têm aquela convenção anual para poder negociar com o empregador, para fazer alguns acordos para poder participar um pouco dos lucros que a empresa tem.

Os valores encaminhados pelo governador variam de R\$ 487,00 a R\$ 697,00. São quatro níveis para atender principalmente os trabalhadores que não estão organizados, que não têm convenção, que não têm dissídio coletivo. E a maioria desses trabalhadores está em cidades menores. Santa Catarina tem 293 municípios, mas talvez 50 apenas tenham seus trabalhadores organizados em sindicatos. Na maioria das cidades de Santa Catarina os trabalhadores não têm sindicato, e eu tenho certeza de que esse piso salarial dará uma estabilidade nas negociações, nos acordos entre trabalhadores e patrões.

Existe um detalhe que podemos colocar aqui: duvido que exista alguma funcionária doméstica, algum funcionário da agricultura ou do comércio, em qualquer lugar de Santa Catarina, que ganhe apenas um salário mínimo - R\$ 465,00. Duvido que não ganhem acima de dois salários mínimos.

Existe esse hábito ainda: o patrão contrata por um salário mínimo, assina a carteira, paga o INSS, o FGTS, os encargos em cima de um salário e paga mais um salário mínimo para o empregado a título de produtividade, a título de assiduidade, para não ter que pagar o INSS e o FGTS. Na maioria das vezes, quando esse funcionário deixa o emprego ele encontra algum sindicato para dar-lhe sustentação ou vai à Justiça do Trabalho e acaba cobrando novamente aquilo que o patrão já pagou, ou o que não pagou, com relação ao INSS e ao FGTS.

Por isso, então, que votarei favoravelmente, o PSDB votará favoravelmente, no projeto encaminhado pelo governador...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, o que nos traz a esta tribuna hoje, sem sombra de dúvida, vai depender do conjunto dos deputados desta Casa.

Quando um deputado apresenta um projeto de lei, a população deve saber que, se aprovado, teve a anuência e o aval de todos os srs. parlamentares. E estamos apresentando um projeto para o qual precisamos do apoio de todos os parlamentares. É um projeto, inclusive, de repercussão nacional, contra a discriminação que está ocorrendo no setor, pasmem, da Educação.

Nós somos professor há 38 anos, trabalhamos na luta e na defesa da

categoria, trabalhamos e lutamos em defesa de uma boa educação, portanto, pedimos o apoio de todos os colegas ao Projeto de Lei n. 0126. Esse projeto tem em vista o fato de que no Brasil temos, atualmente, cursando o ensino a distância, ou semipresencial, mais de um milhão de estudantes. Santa Catarina possui 30 mil estudantes no ensino a distância ou semipresencial, sem contar os cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação. Essa é uma realidade.

Importante salientar no caso de Santa Catarina que a média etária dos estudantes de ensino a distância é de 30 a 35 anos. São pessoas que conseguem, dessa forma, retornar aos estudos e aperfeiçoar-se para o mercado de trabalho, conseguindo conciliar suas condições laborais com as aulas. E isso é feito com muito sacrifício.

No último Exame Nacional do Ensino Médio, Enade, quando avaliados cursos presenciais e a distância, na mesma área, o desempenho médio dos alunos do ensino a distância foi superior ao dos alunos presenciais. Ou seja, aqui entra o fator do esforço, do retorno, da importância, do momento e da crise que estamos vivendo, da demanda dessa necessidade de ter melhores condições de vida.

Esses cursos são autorizados e reconhecidos pelo MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação, ou seja, quando um aluno se matricula em uma instituição, privada ou pública, ele está frequentando um curso que o estado autorizou funcionar; ele não está fazendo qualquer cursinho, não!

Nesse sentido, temos que ampliar a formação educacional investindo na carreira e no conhecimento com o aval institucional dos órgãos públicos, que permite a existência dessa instituição de ensino a distância, repito, reconhecida pelo MEC e pelo Conselho Estadual de Educação. Entretanto, o que tem ocorrido frequentemente em nosso estado e no país é assombroso. Muitos alunos de educação a distância estão sendo vítimas de um preconceito explícito, seja de conselhos regionais, de prefeituras ou de órgãos públicos, que não reconhecem o diploma desses alunos criando uma segunda categoria de acadêmicos - o que não pode ser admitido.

Só para v.exas. terem uma idéia, na greve recente da USP, que é a maior universidade de São Paulo, os grevistas chegaram a cobrar a não implementação de curso a distância naquela instituição, questionando, dessa forma, a qualidade da USP, que é a maior e melhor universidade, assim podemos dizer, do país. Vejam os senhores a que extremo de preconceito chegamos!

Temos recebido muitos e-mails de alunos de todo o estado de Santa Catarina relatando situações decepcionantes. Por exemplo, o Conselho Regional do Serviço Social pôs em seu site na internet manifesto contrário ao ensino a distância. E esse é um procedimento descabido. Portanto, criar um clima preconceituoso com relação aos acadêmicos do ensino a distância é um absurdo!

Os alunos de Serviço Social de educação a distância estão tendo dificuldades para conseguir estágios, estão

sofrendo forte pressão daqueles que já exercem a profissão. E não são somente esses. Em várias outras áreas, como Biologia, por exemplo, em concursos, editais e seleções negam a possibilidade de inscrição de quem é formado em ensino a distância.

Há pouco tempo esse mesmo extremismo dizia que somente alunos de instituições públicas é que se formavam com ensino de qualidade e bom. Havia um preconceito contra as instituições privadas. Não foram comportamentos fundamentalistas que garantiram a qualidade, mas, sim, a luta política para esse objetivo. Seja ela de universidade pública, seja ela de universidade privada, seja a modalidade de ensino a distância ou presencial, a luta se dá por questões objetivas e políticas.

É importante ressaltar também a capacidade que tem um ensino a distância de chegar a locais aos quais o ensino presencial não seria possível de ser implementado. Vimos recentemente no *Jornal Nacional* matérias de ensino a distância na Amazônia, aonde os professores chegavam de canoa para ministrar as aulas, ou ainda que, através de ambientes virtuais, os alunos cursavam a sua tão sonhada faculdade.

Esse comportamento discriminatório reascende também o debate sobre a capacidade individual de cada um. Afinal, no indivíduo, a sua dedicação e o seu esforço pessoal são instrumentos indispensáveis na construção de uma boa formação acadêmica, e esses alunos que cursam o ensino a distância buscam, na sua maioria, uma formação baseada em muito esforço e dedicação pessoal.

O objetivo desse projeto de lei é justamente assegurar um pouco de tranquilidade para esses acadêmicos em nosso estado e garantir um tratamento igualitário para que possam, como profissionais, exercer a sua profissão com a dignidade esperada. Caso contrário, o próprio mercado de trabalho fará a seleção, porque o que não pode haver é um prejulgamento por cidadãs e cidadãos.

Informo aos meus colegas que na próxima semana o jovem Ricardo Holz, presidente da Associação Brasileira de Estudantes de Ensino a Distância, estará em Florianópolis para que discutir essa situação, dar seu aval ao Projeto de Lei n. 0122, além de levar cópia a outros estados do país para que possamos cada vez mais tratar com seriedade essa situação que envolve os nossos alunos e essas instituições de ensino a distância."

Trago aqui também comigo uma série de *e-mails* enviados por alunos que falaram dessa discriminação, mas, devido ao tempo, sr. presidente e companheiros deputados, deixarei aos senhores para que possam ler e lutar para banir mais essa discriminação. E o estado de Santa Catarina, através desse projeto, é pioneiro - o nosso é o primeiro estado que está fazendo isso. Vejam só a importância da matéria. Daí por que a cópia de nosso projeto já se encontra em muitos estados do Brasil, como referência para acabar com essa discriminação na educação às pessoas que mais precisam do ensino a distância para a sua formação, para a sua complementação, frente a essa crise, e para melhorar a qualidade da educação. Vamos

usar a ciência e a tecnologia para melhorar a educação. É isso que estamos fazendo e está ocorrendo na prática.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputados e srs. deputados, Santa Catarina, assim como o estado do Paraná, tem a sua economia bem espalhada, bem distribuída por todo o estado. Nós temos o estado inteiro ocupado de forma parelha. Nos 293 municípios temos algumas empresas de destaque que são as molas mestras da economia e que geram emprego e renda por todo o estado.

A nossa agricultura é a base e é forte. O nosso cartão-postal nos países asiáticos, nos países europeus, no Canadá, nos Estados Unidos, são o frango e o suíno. Há também os portos, as estradas. Enfim, tudo isso gera uma grande economia para todos nós.

Lamentavelmente, a crise mundial, os efeitos da enchente do ano passado e ainda, recentemente, um equívoco com relação à gripe A, afetaram perigosamente a nossa economia. Apelidaram a gripe A de gripe suína e muita gente acabou relacionando a transmissão da gripe à ingestão de carne suína. Na verdade, isso é uma bobagem e a gripe A é uma gripe que mata talvez um pouco menos do que a gripe convencional. Quando era uma gripe comum, ninguém dava muita importância, mas essa gripe A, que equivocadamente recebeu o apelido de gripe suína, está sendo monitorada, estão sendo contadas quantas pessoas morreram e quantas foram infectadas pela doença.

Na verdade, se olharmos quantos morrem de asma, de infarto, de câncer de próstata, de infecções aparentemente banais, nós acabaremos ficando apavorados. Podemos assegurar que essa gripe mata bem menos do que a outra comum, porque agora todos os serviços de saúde - postos municipais, hospitais, secretarias municipais, ministério da Saúde, secretaria estadual da Saúde - estão observando com muito empenho e por isso acaba morrendo menos gente da gripe A do que da gripe comum. Se compararmos os pacientes que já morreram vítimas da gripe A com os que morreram em anos anteriores, quando não havia nenhuma gripe especial, apenas a gripe comum, com certeza vamos ver que neste ano o número de óbitos está sendo menor do que em anos anteriores, justamente por essa atenção especial. Por querer dar uma atenção mais especial à gripe A, cuida-se também da gripe comum e certamente o saldo de mortes deste ano será menor do que nos anos anteriores, por conta dessa observação.

Mas o que eu quero abordar aqui é que, apesar disso tudo, estamos constatando que as pessoas que têm menor conhecimento científico acabam relacionando a carne suína com essa gripe. E isso veio prejudicar, e muito, o comércio lá

fora, que já estava pequeno por conta da crise. Além disso, o comércio interno também ficou prejudicado por causa da gripe.

Por isso, no dia de ontem, apresentamos uma indicação para fazer valer uma lei que esta Assembleia aprovou. Hoje temos praticamente um milhão de pessoas que consomem a merenda escolar todos os dias nas escolas - e um milhão, no meio de seis milhões de pessoas, vejam qual é o percentual. Nessa merenda existe uma parte que é licitada, que são alimentos duráveis: arroz, feijão, leite ninho, enfim, produtos que duram um pouco mais, e outra parte e alimentos perecíveis: hortaliças e carnes. Quer dizer, elas não podem ser licitadas de uma empresa que está a 200km ou 300km. Normalmente essa compra é feita de alguma empresa que está próxima ao estado. A lei que aprovamos na Assembleia pede que se consuma produtos catarinenses, principalmente os perecíveis.

Nós fizemos uma indicação para fazer um movimento na secretaria da Educação com o objetivo de que, na parte perecível da merenda escolar, consuma-se mais carne suína. Primeiramente porque ela é tão boa quanto a carne bovina, ela não transmite doença alguma - o sistema de produção do suíno atualmente é muito bom ou melhor do que o da carne bovina, ovinos e outros. Hoje, a qualidade da carne suína é excelente e não há o menor risco nem de cisticercose e muito menos dessa gripe. Por isso, fazendo essa indicação, queremos estimular os diretores de escolas a usar mais o produto que é catarinense, e isso vai movimentar a economia de Santa Catarina.

Um segundo ponto, sr. presidente, que quero abordar, e apresentei ontem também e hoje quero destacar novamente neste meu pronunciamento, é que tramita no Congresso Nacional, especificamente na comissão de Finanças e Tributação - aliás, o presidente dessa comissão é o deputado de Santa Catarina, do PT, Cláudio Vignatti, o vice-presidente é Antônio Palocci, que hoje está em Blumenau -, o Projeto de Lei n. 005228, de 2005, que institui a anistia fiscal sobre a legalização ou o repatriamento de recursos mantidos no exterior não declarados e extingue a punibilidade dos delitos a eles relativos.

Ou seja, nós imaginamos que devam existir mais de R\$ 150 bilhões, R\$ 200 bilhões ou R\$ 300 bilhões depositados na Suíça, dinheiro esse de brasileiros que têm depósitos em paraísos fiscais mundo afora. Sei lá qual a origem e qual o motivo que os fez levar essa quantia para lá, e essa lei faria com que eles pudessem trazer esse dinheiro ao Brasil para ser aplicado na nossa economia. Tenho certeza de que isso iria movimentar, e muito, a economia do Brasil, que está também abalada, como no restante do mundo.

A Itália - e isso foi divulgado na segunda-feira passada - aprovou essa lei e está previsto o reingresso de R\$ 100 bilhões. Nós imaginamos que aqui apareçam valores maiores do que na Itália, até porque a nossa economia certamente é maior, por inúmeras razões.

Então, gostaria de pedir o apoio dos parlamentares de Santa Catarina, dos parlamentares de outros estados para que seja aprovada essa lei, sem dúvida...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente e srs. deputados, no horário partidário do PPS, partido que tem como presidente o nosso deputado federal popularmente conhecido como Coruja, Fernando Agustini, tem como deputado estadual Altair Guidi, nosso secretário do Planejamento - e nós estamos aqui o substituindo -, tem cinco prefeitos, 14 vice-prefeitos e mais de 120 vereadores, está realizando o 16º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, cujo tema é: Sem Mudança não há Esperança. Repetimos, Sem Mudança não há Esperança.

O PPS, neste final de semana, na cidade do Rio de Janeiro, irá reunir os principais líderes da Oposição brasileira: os governadores José Serra e Aécio Neves, o ex-presidente Itamar Franco, que se filiou ao PPS de Minas Gerais, o deputado federal Fernando Gabeira, do Partido Verde. Enfim, todas as lideranças de Oposição em nível nacional estarão no 16º Congresso que será presidido pelo ex-senador Roberto Freire. A abertura será amanhã, às 19h.

Como é um partido pequeno, mas coerente, organizado e moderno, estaremos transmitindo ao vivo esse congresso de que irão participar mais de 600 delegados, porque o nosso processo de realizar o congresso começa com os delegados municipais, e esses escolhem os delegados estaduais. E assim mais de 600 delegados estaduais estarão no Rio de Janeiro discutindo as principais teses da realidade brasileira e a construção do socialismo democrático.

Então, o evento será aberto à participação, bastando acessar o portal do PPS para acompanhar esse congresso, cujo endereço eletrônico é o seguinte: www.congressopps.org.br; www.rede23.org.br; www.twitter.com/pps23. Portanto, as pessoas poderão acompanhar e, inclusive, participar com opiniões e sugestões através da internet.

O partido vai discutir nesse congresso como será a campanha do próximo ano. Nós já estamos começando agora, de forma coerente, com bastante calma e com trabalho, para que possamos entender a boa política, para que o povo brasileiro entenda que sem mudanças não há esperança. Nós precisamos, através do voto, através da participação na política séria, competente e organizada, realizar as transformações para termos os sonhos e as esperanças por que tanto lutamos.

Haverá também um ato pela democracia na América Latina, que ocorrerá de forma paralela. Estarão presentes partidos de outros países, inclusive a Oposição à esquerda na Venezuela. É importante colocar isto, que há pessoas à esquerda e que discordam, sim, do governo Hugo Chávez, da sua forma de condução. Não é apenas a direita, fazendo um mundo dicotômico. Não! É preciso contrapor a

esquerda. E lá há setores de uma esquerda responsável, como existe no Brasil, e diferenças entre a própria esquerda. É bom que acompanhem essas diferenças, tendo como fundamento sempre a garantia da democracia.

Teremos também representantes do México, do movimento socialista. Enfim, muitos países manifestarão suas experiências através da conquista democrática e da construção do socialismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó, com a compreensão do deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Serei bastante breve, sr. presidente, apenas gostaria de dizer que hoje, com a presença do governador do estado, será lançado em São Joaquim o projeto Acorda São Joaquim, do qual decorrem ações conjuntas de revitalização e de desenvolvimento daquela região.

Eu sei que o deputado Reno Caramori também estará presente, e gostaria de convidar os demais deputados desta Casa, porque se trata de uma iniciativa da secretaria do Planejamento, do nosso deputado Altair Guidi, juntamente com a administração municipal, que é da coligação PPS/PP. É um projeto pioneiro em Santa Catarina e objetiva transformar São Joaquim em grande polo turístico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Professor Grandó, agora, sim, com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados, sra. deputada, tenho registrado várias vezes nesta Casa que recebo o jornal *A Notícia* por volta das 6h todos os dias. Por isso, tenho oportunidade, deputado Silvio Dreveck, de fazer uma leitura rápida naquilo que mais me interessa. E hoje pela manhã, ao receber o jornal, li a coluna do respeitado e respeitoso jornalista Cláudio Prisco Paraíso, que tem demonstrado sempre maturidade e independência como jornalista, essa é a grande verdade! Por isso, para reflexão dos catarinenses, farei a leitura da sua coluna.

(Passa a ler.)

"Espetáculo deprimente

O Brasil está envergonhado com o verdadeiro festival de desfaçatez que tomou conta do Senado. Não bastassem as alopradas intervenções dos senadores alagoanos Fernando Collor (PTB) e Renan Calheiros (PMDB) no plenário, ontem foi a vez desta figura que responde pelo nome de Paulo Duque (RJ).

Peemedebista que não levou sequer um voto do eleitorado carioca, como

presidente do Conselho de Ética do Senado está atuando como suplente servil dos interesses do já combalido José Sarney.

A sessão de ontem do Conselho pode ser definida como espetáculo patético, com o seu presidente arquivando todas as representações contra Sarney. Com maioria folgada no Conselho, os governistas nadam de braçadas. A única chance da oposição é no plenário, o que a base aliada vai postergar no limite das manobras protelatórias e regimentais.

Os senadores de Santa Catarina apresentam posições distintas em meio a essa severa crise no Senado. Enquanto Raimundo Colombo bate pesado neste estado de coisas, Ideli Salvatti (PT) continua fiel à orientação do Planalto, embora nas últimas semanas tenha dado uma estratégica mergulhada. Quanto a Neuto de Conto, fica em posição de desconforto, porque é correligionário de José Sarney, em bancada liderada pelo controvertido Renan Calheiros."[sic]

Srs. deputados, não quero polemizar, mas fiz essa leitura para que o catarinense, que não tem oportunidade de acessar a imprensa maior, que não tem o privilégio e a sorte de ler a coluna do Cláudio Prisco Paraíso, saiba o que ele diz. Repito aqui: trata-se de um grande jornalista, responsável, sim, pelos seus atos, pela sua coluna e tem demonstrado que é independente, que não teme represálias, a que já foi submetido em outras épocas. Parabéns, Prisco!

Mas lendo essa matéria e assistindo a todos os noticiários, deputado Giancarlo Tomelin, como catarinense de coração que sou, embora nascido no Rio no Grande do Sul adotei esta querida terra como o meu estado, a minha pátria, envergonhava-me diante da defesa inócua e vergonhosa, que ofende não só o catarinense, mas todos os brasileiros, dizendo que tem 50 e tantos anos de vida pública e que não deve explicação nenhuma para a sociedade brasileira pela sua conduta ilibada nos anos em que atuou na política brasileira.

Pasmem, catarinenses! Vocês não têm a obrigação de ler e de escutar tamanha ofensa de intelectuais e dos menos intelectuais da nação brasileira. Homem que foi presidente, aliás, presidente por acaso, por uma fatalidade quando da morte do nosso saudoso Tancredo Neves, o que lhe deu a oportunidade de presidir esta nação. Como dono, todo mundo sabe, do Maranhão, como o grande poderoso do Maranhão, hoje quer ser o grande poderoso das decisões do Senado.

Gostaria, srs. deputados, que o Senado da República olhasse para os brasileiros, para fora do plenário e das salas das comissões, para o semblante de cada brasileiro e visse o desconforto e a indignação em relação àquela Casa, onde fazem todas as bandalheiras, como fizeram até hoje, e ainda querem sair impunes, imunes.

Eu tenho uma filha que mora e trabalha no Canadá, lá em Ottawa. Ela assiste aos noticiários da TV Globo. Ela, como catarinense, como brasileira, e o meu genro telefonaram-me hoje pela manhã e disseram que se estavam sentindo envergonhados quando comentavam com amigos lá do Canadá a situação do Congresso Nacional.

Por isso, quero fazer esse registro para que fique nos anais desta Casa e para que os catarinenses que não têm acesso aos jornais, mas que têm acesso à TVAL e à Rádio AleSC Digital desta Casa tomem conhecimento do está ocorrendo lá no Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado Reno Caramori, quero apenas cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento desta manhã e dizer que esse é um alerta para uma nova forma de fazer política, porque a senadora que representa os catarinenses tem que se posicionar, a dissimulação é o que tem envergonhado a classe política, ela tem que estar ao lado de Renan Calheiros e de Fernando Collor de Mello e pronunciar-se a favor do presidente Sarney.

O nosso senador Raimundo Colombo já falou sobre o seu posicionamento, mas a senadora Ideli Salvatti tem que dizer que defende, ao lado de Renan Calheiros e de Fernando Collor de Mello, o presidente do Senado, porque nós não podemos mais passar pela dissimulação, não podemos mais dizer uma coisa de uma forma, de um jeito, e outra de outro. Ela tem que dizer o que pensa, ou seja, se está ao lado de Renan Calheiros e de Fernando Collor de Mello, que se posicione ao lado deles, que lhes dê o braço e faça política com eles. Mas não é com eles que eu sonho uma política para o Brasil.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento, porque realmente é o que está acontecendo. Se bem que cabe agora ao PT, no Conselho de Ética, mostrar a sua posição no andamento da carruagem.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ouço rapidamente o deputado Kennedy Nunes, que retorna a esta Casa depois de uma longa estada nos Estados Unidos, para onde levou as experiências do nosso Parlamento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Cheguei aqui e logo na entrada vi um gel anti-bacteriano contra a gripe. Quero sugerir que lá no Senado possa ser colocado um gelzinho desse para os senadores usarem antes de entrarem no plenário, mas com óleo de peroba, porque tem cada cara de pau lá! Tomara que o governo de Santa Catarina não precise usar esse óleo de peroba.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Realmente, pode...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero cumprimentar e dar boas-vindas ao prefeito de Otacílio Costa, Denilson Luiz Padilha, ao nosso João Antunes Dias e ao vereador Milton José Matias.

Agradeço a presença e desejo que se sintam em casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos e agradecer a oportunidade de estar aqui e justamente nesta manhã poder fazer um pronunciamento falando sobre um assunto extremamente importante, acredito que não apenas para o vale do Itajaí, mas para toda Santa Catarina, que é a duplicação da BR-470. E não só a duplicação, mas também o processo de humanização da BR-470, de Indaial até o alto vale, pois trata-se de uma obra importante para todo o vale do Itajaí, que inicia em Navegantes e que deve ter o seu término lá pelo município de Trombudo Central e Pouso Redondo.

Agora, o que me traz a esta tribuna, especificamente, é que estamos tentando contato, deputado Reno Caramori - v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes desta Casa -, com o sr. João José dos Santos, que é o superintendente do DNIT em Santa Catarina, para falar sobre o primeiro item a ser cumprido no calendário da duplicação da BR-470, que é justamente o estudo do impacto ambiental e o relatório do meio ambiente, que já deveriam ter sido finalizados no mês de julho deste ano. Busquei informações e até agora não tive por parte do DNIT uma resposta concreta, pois quero saber se esse projeto foi finalizado ou se o calendário foi alterado.

Por isso, quero fazer uma sugestão a esta Casa para que nós, membros da comissão de Transportes - e desde já quero até pedir o apoio dos demais parlamentares -, possamos, deputado Reno Caramori, convidar o sr. João José para vir à nossa comissão explicar a situação atual do referido relatório. E não só do relatório, mas de todo o calendário de duplicação da BR-470.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, parabéns por essa intervenção. De fato, já havíamos aprovado nesta Casa um requerimento solicitando essas informações que até agora não chegaram. Não nos preocupa apenas a questão do cronograma, mas a promessa que foi feita ao vale do Itajaí. E a promessa é de que até o final de 2010 teríamos a duplicação de 74km, de Navegantes até Indaial. Olha, se ficar pronta em 2020 ainda ficaremos agradecidos!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nesse ritmo, deputado Ismael dos Santos, acho que nem em 2020.

Agora, o calendário que nós recebemos do DNIT diz que o estudo de impacto ambiental deveria ser entregue até o final de julho deste ano; o projeto executivo deverá estar concluído até o dia 30 de novembro também deste ano; o início da obra está previsto para o mês de março de 2010; a licença prévia ambiental já foi solicitada e de vê ficar pronta te o dia 30 de outubro; por fim, a conclusão da obra, deputado

Ismael dos Santos, está prevista para o dia 30 de dezembro de 2011.

É em função desse calendário, deputado Reno Caramori, que acho que devemos convidar o engenheiro João José para vir a esta Casa. Não convocar, porque não gosto dessa palavra. Convidar, porque aqui temos que nos unir, trabalhar em conjunto para termos, justamente, a duplicação da BR-470 concluída.

Não se trata de uma obra de um partido ou de uma pessoa! É uma obra que é importante para a sociedade catarinense e, mais especificamente, para a comunidade do vale do Itajaí. Sendo assim, acho que devemos convidar o sr. João José para vir à comissão de Transportes desta Casa e explicar a atual situação do relatório de impacto ambiental e também, detalhadamente, o cronograma da duplicação da BR-470.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço v.exa. com muita alegria.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Jean Kuhlmann, v.exa. traz um assunto relevante e melindroso, porque as mortes, os acidentes, as vidas ceifadas são em número muito grande da BR-470, lamentavelmente.

Trata-se de uma obra que vem sendo discutida há muitos anos. Há alguns anos houve, inclusive, alguns procedimentos quanto ao pedagiamento daquela rodovia, num processo totalmente ilegal, que, graças a Deus, foi abortado pela Justiça.

Entretanto, o desejo e a esperança é que dentro de um processo legal possa ser concretizada uma obra que é realmente necessária e v.exa. sabe disso porque utiliza assiduamente aquele trecho. Não quero falar da duplicação nem até Curitiba e Campos Novos, mas pelo menos de Navegantes a Pouso Redondo.

Quanto ao convite ao engenheiro João José, do DNIT, quero dizer que já conversei com ele na semana próxima passada, ocasião em que me pediu que nós fizéssemos a comunicação da data com alguns dias de antecedência porque ele deseja vir à comissão de Transporte e trará informações não apenas com relação à BR-470, como da BR-101, que também é polêmica, e do porto.

Assim, acho que v.exa. lembra da questão em hora oportuna, e na segunda-feira já faremos um contato com o engenheiro João José para que, possivelmente, na quarta-feira próxima já o tenhamos na comissão de Transporte.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Reno Caramori, quero agradecer a sua cooperação e a sua parceria nesse assunto, porque v.exa., como presidente da comissão de Transporte desta Casa, tem um papel fundamental no exercício dessa cobrança. E eu, como membro dessa comissão, como presidente do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470, não me vou cansar de fazer a cobrança, utilizando este segundo semestre legislativo para ficar atento ao calendário da duplicação da BR-470, ao calendário de humanização da BR-470, porque entendo que essa obra é vital, srs. parlamentares, não apenas para preservar e garantir a vida

dos catarinenses que por lá passam, dos brasileiros que por lá trafegam, mas também para garantir o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e cultural de todo a região, que precisa efetivamente daquela rodovia duplicada e humanizada. Seja de Navegantes a Pouso Redondo, mas todo aquele trecho precisa efetivamente de melhoria.

Assim, eu entendo que a nossa comissão de Transporte e o Fórum Permanente pela Duplicação da BR-470 têm um papel fundamental, vital na exigência do cumprimento do calendário. Afinal, ninguém foi obrigado a fazer calendário. Agora, se fizeram, vamos exigir o seu cumprimento. E não me canso de repetir que estão previstas as seguintes datas: até o final de julho de 2009, o estudo do impacto ambiental; até 30/11/2009, o projeto executivo; até 30/03/2010, o início da obra; e até 30/12/2011, a sua conclusão.

Eu ainda acredito que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E eu vou cobrar, se for preciso, toda a vida da tribuna, a cada sessão, porque esse é um ponto que envolve toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, hoje vou dividir o tempo do partido com o deputado Adherbal Deba Cabral.

Mas antes de iniciar o meu pronunciamento, eu quero responder, pois havia respondido pela metade, a questão levantada pelo nobre deputado Sílvio Dreveck, líder do PP, sobre os pedidos de informação apresentados esta semana pela bancada do PP.

Quero deixar bem claro, deputado Sargento Amauri Soares, que não houve manobra alguma da base do governo e que não tememos nada dentro daqueles pedidos de informação. Eles não foram deliberados porque não havia, no momento da votação, quórum regimental. Não se pediu, em nenhum momento, que fosse feita a chamada dos srs. deputados porque era visível que não havia quórum regimental e por essa razão as matérias não foram deliberadas. Por isso, quero deixar bem claro que não estamos com medo e não queremos esconder nada. Provavelmente na terça-feira que vem haverá quórum regimental para deliberarmos acerca dos pedidos de informação.

Sr. presidente, queremos apresentar, inclusive, se for possível, alguns documentos citados no pedido de informação e já trazer as informações solicitadas pela bancada do PP.

Nós temos agido, deputados Nilson Gonçalves e Dirceu Dresch, com responsabilidade. Mas quando foi colocado em votação, antes do pequeno recesso, o PL n. 0033/2009, foram levantadas algumas dúvidas sobre ele. E nós, com responsabilidade, para não apressarmos, para que não pairassem dúvidas sobre a transparência do que estávamos

deliberando, retiramos da pauta a matéria que trata da venda de terrenos do estado. Mas ele vai voltar à pauta após sanadas as dúvidas, deputado Reno Caramori, sobre os valores que haviam sido encaminhados. Nós fizemos nova avaliação, através da Caixa Econômica Federal, a fim de saná-las e agora vamos colocá-lo em votação.

Então, nós estamos agindo com transparência, a fim de que não pairarem dúvidas sobre os projetos sobre os quais estamos deliberando nesta Casa.

Mas eu quero falar hoje também sobre uma sessão especial que fizemos nesta Casa no final de 2007, ocasião em que a Assembleia homenageou pessoas que se destacaram nas suas áreas de atuação. O homenageado que eu apresentei na ocasião foi o sr. Manoel Correa, conhecido como Maneca, da Rádio Clube de Lages. Ele foi apresentado por nós e homenageado por esta Casa. E nós lançamos naquele dia, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que o conhece, um desafio: pelo estudo que fizemos, o Maneca estaria no livro dos recordes. E fomos buscar o seu tempo de trabalho. Para se ter uma ideia, o Maneca está na mesma emissora de rádio há 60 anos e com o mesmo programa há 57 anos, no mesmo horário! E finalmente, na semana passada Manoel Correa, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que é da área, foi reconhecido como o radialista brasileiro que há mais tempo está numa mesma emissora, com o mesmo programa e no mesmo horário! Foram, então, reconhecidos pelo Guinness brasileiro dois recordes do Maneca. E agora estamos trabalhando para inseri-lo no Guinness mundial.

Eu faço este registro porque entendo que ele é um exemplo, hoje, para as pessoas que atuam na área da comunicação da nossa região, deputado Giancarlo Tomelin. Não há um lageano ou um serrano que não conheça o Maneca. V.Exa., inclusive, já concedeu entrevista a ele. E foi nesta Casa que nasceu essa pesquisa, foi aqui que a criamos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Elizeu Mattos, eu não poderia, de forma alguma, deixar de congratular v.exa. pela iniciativa de homenagear o nosso querido Maneca. Como radialista que sou também, pois já estou na rádio há quase 30 anos, quero dizer que nessa profissão pode-se fazer tudo na vida ou deixar de fazer, mas o radialista que exerce a sua função com amor, com carinho dificilmente consegue desligar-se do rádio. E eu o entendo muito bem porque ele é o verdadeiro radialista. Tanto é verdade que está numa emissora há tanto tempo que acabou recordista nessa profissão, tendo até hoje uma grande audiência na sua região.

Quero parabenizar v.exa. e deixar aqui registrado o meu carinho, a minha admiração e o meu respeito pelo nosso grande Maneca, que é da sua região.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Nilson Gonçalves.

Srs. deputados, eu quero dizer que estou fazendo uso do meu tempo hoje somente para fazer o registro de que Manoel Correa, o Maneca, tem 60 anos de Rádio Clube, 57 anos do programa Alma Cabocla, no mesmo horário, das 5h às 8h, e na mesma emissora. E foi com alegria que conseguimos que o nosso radialista fosse reconhecido como recordista em duas áreas, em dois pontos, no Brasil. Com 200 milhões de brasileiros, nós temos o Maneca, lá de Lages, que é o homem da Rádio Clube e o homem do programa Alma Cabocla.

Passo o restante do tempo do partido ao deputado Adherbal Deba Cabral, que usará os nove minutos restantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, demais parlamentares presentes, catarinenses que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e nos assistem pela TVAL.

(Passa a ler.)

"A população do vale do Itajaí, empresários e sindicatos estão apreensivos com a situação do porto de Itajaí, devido ao 'jogo de empurra' que está existindo nas obras de 'reconstrução do porto'. Já se passaram quase 'nove meses' e as obras estão paralisadas, dependendo da homologação do ministério da Infraestrutura, do decreto de emergência assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Com a demora nas obras da 'dragagem' e na 'reconstrução dos berços' destruídos pela enchente de novembro de 2008, o movimento do 'porto de Itajaí' caiu em mais de 60%, refletindo negativamente na arrecadação do município de Itajaí, como também na economia de todo o vale do Itajaí. Os sindicatos de todas as categorias vêm sentindo a diminuição dos empregos gerados na região, principalmente em Itajaí e nas cidades vizinhas.

Não podemos misturar as picuinhas políticas com a 'reconstrução do porto de Itajaí', que está acima das desavenças partidárias."

Srs. deputados, o porto de Itajaí, que já existe há mais de 50 anos, é o terceiro em movimentação de contêineres no Brasil e é um dos portos mais importantes na importação e exportação dos produtos catarinenses e brasileiros da região sul.

(Continua lendo.)

"O porto de Itajaí, pela sua importância no contexto nacional, além de gerar riquezas para o nosso estado, constituiu-se num dos maiores contribuintes dos governos municipais, estadual e federal, como também um dos maiores geradores de empregos diretos e indiretos do vale do Itajaí.

Diante do exposto, apelo a todos os parlamentares com assento nesta Casa que lutemos juntos para que as obras de reconstrução do maior porto catarinense, que é o porto de Itajaí, sejam reiniciadas com a maior urgência possível.

No dia 4/8/2009 protocolei, na comissão de Transporte e Desenvolvimento

Urbano desta Casa, que tem como presidente o nobre deputado Reno Caramori, um requerimento solicitando a realização de uma 'audiência pública' para, com todas as lideranças, autoridades, sindicatos, portuários e setores envolvidos, encontrarmos uma solução que de fato leve à resolução da grave situação das obras do porto de Itajaí."

Todos nós sabemos do empenho do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, como também do nosso vice-governador Leonel Pavan, e de todas as lideranças, tanto estaduais como federais, do prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, do ex-prefeito Volnei Morastoni, ou seja, de todas as lideranças, para que o porto de Itajaí volte com a maior brevidade possível a produzir riquezas para a população e para que os nossos portuários, os nossos sindicatos de classe, principalmente dos estivadores, conferentes, vigias, que compõem a estrutura portuária, possam sair da penúria, da miséria, em que se encontram neste momento.

Nós sabemos que o porto de Itajaí vive hoje uma calamidade pública, porque além da reconstrução dos dois berços, deputado Décio Góes, é necessário que seja feita a dragagem do canal de acesso, que hoje tem por volta de 12m. Sabemos que hoje o porto de Itajaí e o porto de Navegantes, que fazem parte do complexo portuário através da foz do rio Itajaí-Açu, precisam ter no mínimo 14m de profundidade, para poderem competir com outras estruturas portuárias do Brasil.

Por isso, neste momento fazemos um apelo da tribuna da Assembleia Legislativa aos nossos companheiros e diretores da Portonave, em Navegantes, para que abriguem e deem emprego aos nossos portuários que precisam trabalhar. E pelo fato de o porto de Navegantes ser privado, ser um porto não organizado, estão brigando na Justiça para que eles também possam trabalhar em Navegantes.

Então, neste momento, a pedido do presidente do sindicato dos estivadores, o nosso amigo Saul da Silva poderá fazer esse movimento em favor dos trabalhadores portuários de Itajaí, para que também se integrem no porto de Navegantes, que é o sistema portuário que está atendendo toda a região. É muito importante frisar que aquele porto é que está, no momento, dando suporte às empresas portuárias, aos terminais logísticos e ao próprio porto de Itajaí, atendendo exportadores e importadores na nossa região.

Assim sendo, quero agradecer todas as autoridades que se têm empenhado, que têm trabalhado para que possamos trazer de volta o movimento do porto de Itajaí, que caiu mais de 60% em relação ao período anterior à enchente.

Gostaria de aproveitar também para fazer um pedido ao governador do estado, ao vice-governador do estado e ao nosso secretário da Segurança Pública: que o IML de Itajaí permaneça no município, até porque é o município de maior tradição na nossa região. Mas hoje existe um movimento querendo tirar o IML de lá, levando-o para o município de Balneário Camboriú. Então, eu gostaria de solicitar ao secretário da Segurança Pública, deputado

Ronaldo Benedet, que atenda o pedido das lideranças da região de Itajaí, dos nossos vereadores, dos nossos prefeitos municipais, das nossas entidades sindicais, associações empresariais, CDLS, qual seja: manter o IML de Itajaí no município, em função dos relevantes serviços que tem prestado à nossa região durante todos esses anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero saudar o deputado Jean Kuhlmann, que esteve afastado por alguns dias desta Casa, retornando no dia de hoje.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, em primeiro lugar quero saudar todos os deputados, todos os telespectadores que nos estão acompanhando pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e todas as pessoas presentes nesta Casa. É uma satisfação poder pronunciar-me neste momento, pois depois do recesso parlamentar é a primeira vez que me manifesto desta tribuna.

Srs. deputados, durante os dias de recesso, tivemos em Criciúma o lançamento da campanha dos jornalistas, em função da exigência do diploma e em função da decisão do STF de não exigir mais o diploma para o exercício da atividade jornalística. É uma movimentação extremamente legítima dos profissionais, é um evento bem representativo das lideranças da nossa região sul, que deve agora se estender para todo o estado. Eu penso que todas as categorias têm o direito, tanto a mais simples quanto a mais complexa, de regulamentar a profissão e de trabalhar com garantia. Então, nós apoiamos essa campanha dos jornalistas liderada pelo sindicato estadual e pela SATC, de Criciúma.

Ontem, saiu nos jornais do sul uma notícia que é capa hoje dos jornais sobre a mortandade de peixes no litoral sul. Eu, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, estou enviando um ofício à Fatma, no sentido de apurar as causas dessa mortandade. E para evitar culpar um ou outro lado, é importante que seja feito um laudo técnico-científico, para que se esclareça definitivamente essa questão.

Quero também dizer, sem polemizar, que concordo com a chamada do deputado Reno Caramori, com a solicitação que s.exa. já está encaminhando ao sr. João José, do DNIT, para vir a esta Casa prestar esclarecimentos em relação à BR-470 e a outras tantas obras que o governo federal está fazendo por todo o estado de Santa Catarina.

Gostaria de dizer ainda que quanto à BR-101, estamos extremamente animados com o ritmo com que a obra está andando, com a nova linha de crédito que o BNDES conseguiu para as empresas poderem cumprir com o cronograma já estabelecido.

O deputado Jean Kuhlmann está extremamente apressado, pois os prazos

ainda não venceram e ele já está cobrando. É importante que seja assim, que esteja atento assim, deputado, mas que estejamos atentos da mesma forma às rodovias estaduais. Esse também é um ponto de reunião e em outro momento poderemos chamar o Deinfra para prestar contas de um conjunto de obras cuja execução está patinando no estado.

Já sobre o porto de Itajaí, é importante, deputado Reno Caramori, fazermos essa audiência para que fiquem esclarecidas de uma vez por todas as causas, as questões que estão acontecendo por lá. Não é a minha região e não consigo acompanhar tão de perto, mas pelo que se percebe, houve um erro de projeto.

Eu já fui prefeito e sei que se o projeto é mudado é preciso fazer nova licitação. Talvez a melhor ideia seja a da senadora Ideli Salvatti, que propôs uma dispensa de licitação, com o Exército assumindo a obra em caráter emergencial. Enquanto ficarmos somente discutindo sem qualquer objetividade com vistas à resolução, penso que não vamos chegar a lugar algum.

Então, são três temas importantes e a comissão da qual sou vice-presidente, com muita satisfação e orgulho, deve encaminhar os questionamentos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Sr. deputado Décio Góes, quero apenas dizer a v.exa. que, na condição de presidente do Fórum Parlamentar pela Duplicação BR-470, a minha vontade, o meu desejo de fazer o convite ao sr. João José, superintendente do DNIT, é justamente porque o cronograma já atrasou.

O estudo do impacto ambiental, de acordo com as informações que obtivemos, deveria ter sido entregue durante o mês de julho. E pelo que se sabe, por enquanto, é que ainda não foi entregue, ou pelo menos ninguém nos passou uma cópia desse estudo. Advém daí a necessidade de convidar o sr. João José para prestar esclarecimentos.

Tenho a certeza de que se não fizermos essa cobrança, independentemente questão partidária, a obra não vai andar. O ritmo dela nem começou, ou seja, até agora não vi obra nenhuma de duplicação, apenas os projetos estão sendo feitos. E tomara, deputado Décio Góes, que pelo menos os prazos dos projetos sejam cumpridos.

Agora, o nosso papel, independentemente questão partidária, da paixão política, a nossa obrigação, é cobrar, porque quem paga imposto é o povo catarinense e quem merece essa obra é o povo catarinense.

Muito obrigado por apoiar e concordar com esse convite.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Sr. presidente, desejo somar-me aos demais companheiros da bancada do Partido dos Trabalhadores no tocante à questão do piso salarial de Santa Catarina.

Temos recebido várias manifestações das federações e dos setores ligados

ao ramo empresarial de Santa Catarina que consideramos legítimas e respeitamos, mas temos um vínculo, uma história umbilical, uma história muito forte com o movimento sindical do nosso estado, que há três anos vem lutando para estabelecer um piso salarial. Inclusive, já no primeiro semestre de 2007, o deputado Pedro Uczai apresentou um projeto para esta Casa no sentido de colocar esse assunto em debate; depois concordou em retirá-lo para que a proposta viesse do Executivo.

O movimento sindical nunca esteve tão unido em torno de uma causa, eis que recolheu pelo estado de Santa Catarina mais de 50 mil assinaturas, o que já dá o direito de entrar, nesta Casa, com um projeto de iniciativa popular, pois contou com a compreensão, com o apoio do governo do estado, do governador do estado, da secretária Dalva Dias.

Então, veio para esta Casa o Projeto de Lei Complementar n. 0030/2009, que estabelece um piso e um salário mínimo regional. E devemos reconhecer que o estado de Santa Catarina possui um PIB maior do que vários estados brasileiros. Só isso já justifica um salário mínimo maior em nosso estado.

O salário mínimo também passa a ser uma fonte de distribuição de renda, passa a ser uma política social do governo, no sentido de que ajuda a distribuir a renda e com isso estimula o aumento do consumo, da produção e faz com que a economia cresça, haja vista que o salário mínimo aumentou muito mais do que a inflação no período do governo Lula e foi um dos grandes fatores para a diminuição da desigualdade neste país. Aliás, os jornais de ontem e de hoje retratam a diminuição da pobreza e da miséria no país em 27%. Então, o salário mínimo aumentado da forma como foi pelo presidente Lula é um dos grandes fatores da diminuição da pobreza no Brasil.

Portanto, parabéns ao governador por atender a esse pleito, à secretária Dalva por estar capitaneando o processo e, em especial, a todo o movimento sindical que se uniu, que buscou apoio na sociedade.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0013/2009, 0055/2008, 0073/2009, 0104/2009, 0105/2009, 0107/2009, 0120/2008, 0124/2009, 0141/2009, 0151/2009, 0154/2009, 0158/2009, 0161/2009, 0162/2009, 0165/2009, 0167/2009, 0172/2009, 0173/2009, 0179/2009, 0183/2009, 0192/2009, 0198/2009, 0204/2009, 0206/2008 e 0206/2009, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0504/2009, 0505/2009, 0506/2009, 0507/2009, 0508/2009, 0509/2009, 0510/2009 e

0511/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0512/2009 e 0513/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; e 0514/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1006/2009, 1007/2009, 1008/2009, 1008/2009, 1010/2009, 1011/2009, 1012/2009, 1013/2009, 1014/2009, 1015/2009, 1016/2009, 1017/2009, 1018/2009, 1019/2009 e 1020/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1021/2009, 1023/2009 e 1024/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1029/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 1030/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 1025/2009, de autoria do deputado Jailson Lima e outros; 1026/2009, 1027/2009 e 1028/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

Requerimento n. 0997/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina, no sentido da disponibilização de espaço apropriado ao idoso em dia de recebimento de benefícios previdenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n.0998/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, no sentido da disponibilização de espaço apropriado ao idoso em dia de recebimento de benefícios previdenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, as matérias seguintes dependem de quórum qualificado e em função disso não serão deliberadas nesta sessão.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, por até dez minutos, representando o município de Caçador e todo o meio-oeste, com muita galhardia, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, obrigado pela sua benevolência, mas cumprimentando v.ex.a. e os srs. parlamentares, gostaria de dizer que me inscrevi neste espaço destinado à Explicação Pessoal do parlamentar após conversar com o vereador Dionísio Maçaneiro, o Dio, lá de Rio do Sul, quando da estada naquele município das bancadas estadual e federal do Partido Progressista, juntamente com os membros do diretório regional.

Conversando com o Dio, entendi que este Parlamento deveria tomar conheci-

mento das suas intenções, representando jovens catarinenses, para que pudéssemos também apoiar a iniciativa desse vereador num projeto de iniciativa popular.

(Passa a ler.)

"Quando os nossos pais ou os nossos avós eram adolescentes, desde cedo eram inseridos no mercado de trabalho, sem nenhum prejuízo para os mesmos, muito pelo contrário. Ao exercer o primeiro emprego de verdade é que se formava o caráter e a responsabilidade do cidadão.

Ninguém precisava viver com esmolas do governo, o que se tinha era gente de pouca idade, trabalhando, sim, porém com muita responsabilidade, podendo ir para o trabalho com a grata sensação de servir à pátria com ordem e progresso, obtendo com isso avanços fantásticos para si e sua família. Cidadão algum vivia em situação de constrangimento, todo mês recebendo miseráveis migalhas, em vez de receber o poder de exercer de fato o direito de trabalhar.

O jovem quer trabalhar, o jovem precisa estudar e trabalhar. Por isso, esse projeto traz 'Trabalho e Escola'. Todo mundo precisa de dinheiro legal, e é legal que se trabalhe para receber. Se não propiciarmos a eles um ganha-pão legítimo, a ilegalidade os esperará nas árduas esquinas da vida.

A contratação de jovens de 14 anos de idade justifica-se pelas atuais circunstâncias que vivem os nossos adolescentes brasileiros, pois cada dia que passa, e por falta de uma política séria no que diz respeito ao jovem trabalhador, de fato, somos todos sabedores de que a família perdeu o controle. Diante disso, os nossos brasileiros, os nossos jovens, menos convivem no seio da família, e mais prematuramente entram para o entrincheirado mundo da marginalidade.

Aos 14 anos, todos os jovens poderão ser contratados como estagiários em empresas, comércio, escolas, etc. Os mesmos deverão ser acompanhados por uma equipe de professores lotados na sua escola de origem, que fiscalizarão suas notas e passarão às empresas contratantes (escola&trabalho).

Aos 15 anos poderá ser contratado, registrado em carteira profissional, se passar pela fase 'escola&trabalho'.

Aos 16 anos todos os jovens poderão trabalhar em qualquer emprego, desde que não seja noturno, perigoso, insalubre ou prejudicial à sua moralidade.

Um bom desempenho escolar é condição primordial para que o jovem trabalhador permaneça desempenhando função no mercado de trabalho. Para que isso seja medido, será necessária a parceria entre 'a escola e o trabalho', ou seja: direção e professores lotados na escola em que o jovem estuda devem repassar relatórios bimestrais, informando a situação de frequência e desempenho escolar do estudante trabalhador. Ao mesmo tempo, o empregador designará um responsável para acompanhar o desempenho do jovem trabalhador em suas funções laborais, prestando tais informações ao estabelecimento de ensino."[sic]

Sr. presidente e srs. deputados, nós aderimos a essa atitude do nobre vereador Dionísio Dio Maçaneiro, até porque

eu lembro muito bem que antes dos meus 11 anos eu já servia os clientes na parte de bar, no estabelecimento comercial da minha família, lá no Rio Grande do Sul, no então distrito de Getúlio Vargas, hoje município Florianópolis, deputado Edison Andrino, onde, com muito orgulho, nasci. Com menos de 12 anos eu já dirigia uma Fargo 46, caixa seca, nas horas de folga, para auxiliar no transporte de produtos que o meu pai comprava do interior.

Aos 13 anos, deputado Professor Grando, eu já ia ao interior sozinho com o Fargo 46 coletar o que era produzido pelos colonos da região, como trigo, milho, cevada, na época bastante cultivada em função da cervejaria Serramalte que existia lá em Getúlio Vargas.

E assim foi o meu procedimento. Até os meus 16 anos, quando fui estudar na escola agrícola, eu participei ativamente no processo de trabalho junto com a minha família. Em momento algum fui prejudicado moral ou fisicamente pelo trabalho que eu exercia. E, claro, as atividades que nos incumbiam exercer eram de acordo com a nossa idade, porque os nossos pais exigiam que participássemos do trabalho do dia-a-dia nas atividades comerciais e produtoras que tínhamos lá.

Por isso, eu não vejo, em absoluto, prejuízo nenhum que o jovem com 14 anos comece a exercer uma atividade, com acompanhamento da família, da escola, no seu local de seu trabalho, para que nós possamos realmente criar cidadãos e cidadãs que entendam desde cedo que eles são úteis à sociedade.

E se olharmos, hoje, nas praças - nas quadras, tudo bem, porque geralmente estão praticando esporte -, vamos encontrar jovens exercendo outras atividades que não condizem com a sua dignidade. E se praticam esse atos, é por falta de ocupação.

Por isso quero aqui fazer um apelo aos nossos parlamentares para que se juntem ao nosso vereador Dionísio Dio Maçaneiro, a fim de que esse projeto realmente tome corpo e consigamos sensibilizar as autoridades competentes para que seja revista a lei do menor, sejam revistas as leis trabalhistas, sejam revistos todos os processos que impedem a inclusão do jovem no mundo do trabalho, para que possamos formar cada vez mais cidadãos responsáveis. E eles serão, sem sombra de dúvida, aqueles que exercerão as atividades e assumirão as rédeas da nossa família, do nosso município, do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero registrar, através da TVAL, que nessa semana está-se realizando um grande congresso da CUT - Central Única dos Trabalhadores -, lá em São Paulo. Será um congresso marcante, que vai debater toda a conjuntura atual, a crise internacional, os impactos disso para os trabalhadores, além de tirar um conjunto de linhas e ações diante da crise dos trabalhadores

brasileiros, que não querem pagar a conta de algo que o sistema financeiro internacional criou.

Então, será um grande congresso que, com certeza, marcará mais um momento de luta da Central Única dos Trabalhadores.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, durante a última semana antes do recesso realizamos nesta Casa duas audiências públicas importantes para discutir o saneamento básico, os projetos de implantação aqui em Florianópolis. Disso derivou um seminário, na próxima semana, na Assembleia Legislativa, sobre o saneamento básico na capital, no sentido de amenizarmos, entrarmos num acordo, superarmos as dificuldades apresentadas nos projetos que estão sendo implantados em Florianópolis, e exigir que o município tenha o seu plano municipal de saneamento.

Também foi feita outra audiência pública em relação ao projeto de Anitápolis, com vistas à implantação de uma fosfateira que está prevista para aquela região, sendo um projeto de uma envergadura imensa. Só para os telespectadores terem uma ideia da dimensão desse projeto, devo dizer que ele vai promover um desmatamento correspondente a cerca de 350 campos de futebol. E a sociedade, as lideranças da região, os movimentos sociais organizados, as ONGs, as prefeituras, as Câmaras Municipais sentem que esse projeto está sendo mal discutido, não há informações claras para a população poder posicionar-se quanto à sua viabilidade e à compatibilidade com o desenvolvimento econômico e sustentável que aquela região desenvolveu nos últimos 15 anos, baseado na sustentabilidade, na agroecologia, no turismo rural, na agroturismo, na produção de produtos orgânicos.

Então, há uma grande contradição que precisa ser esclarecida, superada, e o embate da comissão de Turismo e Meio Ambiente tem sido no sentido de buscar esclarecimentos para a população.

A Fatma, nessa audiência pública na última semana antes do recesso, assumiu o compromisso de enviar-nos o relatório das três mil páginas do projeto para publicar. Hoje mesmo falei com o presidente Murilo Flores, solicitando que agilizasse esse relatório para que os comitês de bacias da região possam esclarecer a população e promover novas audiências públicas.

Convidamos a Indústria Fosfateira Catarinense, que é a promotora do projeto, que é a empreendedora, para vir nas próximas audiências públicas e esclarecer o seu projeto, apresentar as suas propostas, o seu laudo técnico, mas até agora não obtivemos uma resposta. Eu acho isso uma falta de respeito de uma empresa que quer investir em solo catarinense. Ela não está respeitando o Parlamento catarinense, e isso já merecia, por parte desta Casa, uma moção de repúdio por essa atitude.

Então, exigimos da empresa um posicionamento no sentido de agendar uma data para que possamos fazer mais audiências públicas e esclarecer acerca desse projeto da Indústria Fosfateira Catarinense a população da região de Anitápolis, Santa Rosa, Rancho Queimado, todo o vale do rio Tubarão até o complexo lagunar.

Aliás, toda a questão ambiental continua ainda muito polêmica no estado. Oito artigos do Código Ambiental estão sendo alvo de processos e isso deixa uma incerteza jurídica grande, como havíamos alertado anteriormente.

Continuamos aguardando na Assembleia Legislativa o projeto do governo sobre o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Queremos uma posição do governo em relação ao ICMS ecológico para incentivar os municípios e poder partilhar melhor os recursos com aqueles que têm grandes áreas preservadas, como Paulo Lopes, cidade vizinha a Florianópolis. Enfim, estamos aguardando a implantação efetiva dos comitês de bacias e outros projetos, a agilização do Plano de Gerenciamento Costeiro, do levantamento florístico-florestal, do zoneamento econômico ecológico. Então, o estado está-nos devendo muito nessa área.

Na última sexta-feira fui a Torres participar de uma audiência pública com as lideranças do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina - e estava presente também a deputada federal Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul - para tratar da necessidade de implantação do comitê da bacia do rio Mampituba. Já faz mais de 15 anos que a comunidade organizada, as organizações não governamentais, os poderes públicos lá constituídos estão fazendo um movimento no sentido de ter esse comitê naquela região. A Agência Nacional de Águas acha que é uma bacia muito pequena, e mesmo a região tendo cumprido todos os trâmites legais de documentação, esse comitê não foi instituído, e isso teria que ser feito pela Agência Nacional de Águas porque é um rio de domínio da União, pois divide dois estados: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Agora, na terça-feira que vem, dia 11, a comissão vai à Agência Nacional de Águas no sentido de propor uma solução para essa questão do comitê. Quem sabe ela delegue aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul fazerem a implantação desse comitê de bacia. Lá o rio está em uma área que se está urbanizando rapidamente, uma área que tem uma erosão muito forte, um assoreamento muito grande, as matas ciliares já foram eliminadas, há grandes parques nacionais e estaduais naquela região, um complexo lagunar importante, tanto do lado do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina, trata-se da maior lagoa de água doce de Santa Catarina - a Lagoa do Sombrio está nessa bacia. Enfim, lá existe uma situação delicada ambientalmente e é preciso a implantação do comitê de bacia. Então, estou aqui pedindo apoio.

Estavam lá presentes também o engenheiro Flávio, representando a secretaria do Desenvolvimento Sustentável do estado de Santa Catarina, que se comprometeu a entrar nessa luta para que a ANA - Agência Nacional

de Águas - delegue aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul a implantação do comitê de bacia no Mampituba.

Era esse o informe que eu queria passar para a sociedade catarinense. E aproveito para saudar todos, desejar um bom fim de semana aos telespectadores e agradecer, sr. presidente, pela oportunidade deste espaço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente na Assembleia Legislativa, hoje vamos começar falando de segurança pública ou da falta dela.

A coluna do Cacau Menezes de hoje no *Diário Catarinense* traz uma nota com o seguinte teor, literalmente:

(Passa a ler.)

"Segurança

Sequestro-relâmpago seguido de perseguição e tiroteio? Não foi em São Paulo, nem no Rio de Janeiro, nem no filme de Bruce Willis.

Foi na Rua Lauro Linhares, na Trindade, outrora um bairro tranquilo de Florianópolis, esta semana." [sic]

Se é verdade que é motivo de preocupação e espanto uma ocorrência dessa natureza na pacata e bucólica Trindade de 20 anos atrás, o que podemos dizer do que aconteceu na cidade de Imbuia, no alto vale do Itajaí, uma cidade com seis mil habitantes, também esta semana? Vamos ver o que eu recebi dessa ocorrência em Imbuia:

(Passa a ler.)

"Por volta das 22h50, o Copom de Ituporanga foi informado de que estaria ocorrendo na cidade de Imbuia um assalto em uma residência, com tomada de reféns.

Em seguida chegou a informação de que os reféns teriam sido libertados e os agentes haviam levado uma caminhonete.

Foram realizadas várias rondas no município e nos municípios vizinhos, além de ser informada toda a região, e até o momento o veículo não foi localizado.

Além da caminhonete foram roubadas joias, roupas e R\$ 200,00 em dinheiro."

A caminhonete estava no nome - e aí suponho que o assalto, com tomada de reféns, tenha ocorrido na sua casa - de Valdemiro dos Passos Esser, que os deputados lá do alto vale conhecem como Dega, que, inclusive, é um peemedebista bem conhecido em Imbuia.

Então, essa é a realidade para quem quiser constatar. Falam na criação de batalhões, colocam estampadas nas páginas dos jornais dezenas de viaturas, inventam operações espetaculares. Na nossa avaliação, são factoides para criar o mito de que existe segurança, o mito de que a segurança vai bem e melhora, quando, na realidade, a segurança, em quase todos os aspectos, está muito ruim e tende a piorar.

No jornal *A Notícia* do dia de hoje, a chamada de capa, em letras garrafais, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Crime avança no norte da ilha."

O norte da ilha tem cerca de 160 mil habitantes, portanto é maior do que a imensa maioria das cidades do estado de Santa Catarina. Uma região de Florianópolis com 160 mil habitantes é maior do que a maioria das cidades, inclusive, aquelas consideradas grandes em nosso estado.

E o texto diz o seguinte, ainda na capa:

(Continua a ler.)

"Comunidades dos bairros do norte da ilha estão assustadas com o crescimento da criminalidade, principalmente porque enquanto o número de assaltos aumenta, o de policiais se reduz. De acordo com o Conselho de Segurança de Ingleses, havia 140 policiais militares na região em 2008, hoje são 122. Essa redução do policiamento ostensivo ocorre há alguns anos. Há casos como o de um empresário assaltado 13 vezes em 17 anos."

Treze vezes em 17 anos é uma média até razoável para quem é dono de padaria e pequeno supermercado nos bairros das nossas cidades. Porque eu conheço, lá nos bairros de São José, comerciantes que foram assaltados quatro vezes num ano, uma média de um assalto a cada três meses.

Portanto, não basta criar factoides, colocar um monte de viaturas nas capas dos jornais para dar uma falsa impressão. É preciso falar a verdade, falar da realidade, porque diferentemente do que alguns querem dizer, não estamos trabalhando contra, não estamos jogando contra o patrimônio, não estamos falando mal da Polícia! Nós estamos aqui dizendo que a sociedade precisa conhecer a verdade através de estatísticas que não sejam viciadas. E evidentemente que a sociedade precisa ajudar e determinar as políticas de segurança para a população.

Eu falava ontem da etapa estadual da Conferência de Segurança Pública, que elegeu os representantes de Santa Catarina para participar da Conferência Nacional neste final do mês de agosto, em Brasília. O J. Costa foi o trabalhador mais votado; tivemos também a soldado Ana Paula, do Corpo de Bombeiros; pela sociedade civil são 27 pessoas, dentre elas o subtenente César Leirosa, da reserva, assim como a esposa dele, dona Cleide. Inclusive, a minha esposa, que é presidente do Sindicato da Saúde, foi eleita para representar a sociedade civil.

Mas eu falava também de algumas diretrizes aprovadas na conferência, que devem ser trazidas para o debate até para não ficarem dizendo que só viemos para esta tribuna para falar em salário. Nós queremos falar de segurança, daquilo que interessa à população de Santa Catarina, embora salário também seja de interesse, porque a qualidade de vida dos trabalhadores da Segurança Pública tem tudo a ver com a qualidade do serviço que a população recebe.

A diretriz mais votada, como já falei ontem, foi a desmilitarização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Foram 360 votos numa conferência com pouco mais de 400 delegados com direito a voto. Além dessa, democratização interna e externa das instituições; estabelecimento de controle externo como mecanismo de definição das políticas de segurança pública. Uma outra ainda: transformação da segurança pública em política de estado e não de governo.

Vejam só! É preciso falar disso: uma das diretrizes mais votadas foi a de que a segurança pública precisa ser uma política de estado e não de governo. E essa é uma resposta da população para uma realidade que vem de muito tempo: fazer da segurança pública uma política de governo e, mais do que isso, uma política de partido. E o que é pior, às vezes, uma política de certas candidaturas. E aí se criam fatos, criam-se batalhões. No norte da ilha era uma companhia e foi criado um batalhão há poucos meses, embora o efetivo de policiais tenha diminuído. O efetivo diminuiu e criou-se um batalhão, criou-se mais uma notícia com mais um ato político, com mais um

comício de criação de batalhão que, na verdade, serve muito para arrumar vaga para os coronéis e para tirar, inclusive, mais alguns policiais da rua para trabalhar em funções administrativas, porque a estrutura burocrática de um batalhão é maior do que a estrutura burocrática de uma companhia ou de um pelotão.

A sociedade quer o fortalecimento dos conselhos comunitários de segurança e que esses conselhos tenham poder deliberativo e não sejam apenas uma forma de tentar cooptar as lideranças comunitárias para defender uma posição que é de governo. Não. Os conselhos comunitários querem continuar organizando-se com poder deliberativo, inclusive para realizar o controle interno da política pública de segurança em nosso estado.

Essas e outras questões importantes foram debatidas pela Conferência de Segurança Pública. Nós estamos plenamente de acordo com a sociedade civil que foi lá e votou pela desmilitarização, pelo controle externo; a sociedade civil quer ajudar a melhorar a segurança pública, mas não quer continuar sendo enganada. O estado finge que ouve, mas faz na verdade tudo o que quer fazer. A sociedade quer efetivamente ajudar a...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência abre espaço para a deputada Angela Albino, não sem antes cumprimentar a nobre parlamentar pelo período que aqui esteve, demonstrando grande senso público, grande competência. Faz hoje sua despedida do plenário, mas com certeza retornará muito em breve para continuar o seu trabalho representando a população de Santa Catarina neste Parlamento.

Parabéns pelo trabalho! V.Exa. dispõe do tempo que julgar necessário para fazer sua despedida deste Parlamento, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, vou lembrar dessa frase se retornar como efetiva a esta Casa e espero que v.exa. me ofereça de novo essa mesma preciosidade.

Sr. presidente, hoje é dia de agradecer os 30 anos que o PCdoB construiu para que pudéssemos durante dois meses apenas estar aqui neste Parlamento. Agradeço a história que me colocou exatamente neste momento para poder fazer essa representação em nome de todos os que desejaram um dia ver um de nós nesta Casa.

Quero agradecer ao Partido dos Trabalhadores, que teve a sensibilidade de abrir um rodízio entre os seus integrantes e que possibilitou não só à minha pessoa, mas aos próprios suplentes do Partido dos Trabalhadores ocuparem uma cadeira nesta Casa. É importante lembrar que nenhum de nós se elege sozinho, todos nós somos corresponsáveis pelos mandatos. Por isso, saúdo também o Partido dos Trabalhadores por essa iniciativa.

Sr. presidente, quero agradecer a alguns parlamentares que tiveram ainda mais delicadeza com minha inexperiência nesta Casa, que foram os deputados Professor Grando; Sargento Amauri Soares; Serafim Venzon; Dionei Walter da Silva, que muito esteve conosco; Dirceu Dresch, como líder do PT; Décio Góes, com quem muito dialogamos também; Pedro Uczi, mesmo fora da Casa muito tem-me auxiliado; Professora Odete de Jesus, com quem muito conversei; Julio Garcia, que sempre foi muito gentil comigo; Giancarlo

Tomelin, com quem várias vezes construí algumas coisas.

Dessa forma, sr. presidente, em nome desses homens e dessas mulheres quero agradecer aos parlamentares desta Casa, ao presidente Jorginho Mello, que também foi muito condescendente com a minha breve passagem, de cometa Halley, por esta Casa.

Quero agradecer muito aos funcionários da Casa, deputado Dagomar Carneiro, porque, com certeza, fui um dos parlamentares que mais incomodaram durante o recesso. Como ficaríamos poucos dias nesta Casa e parte desses dias durante o recesso, construímos várias ações durante o período em que a Casa se reorganiza. Mesmo assim, simbolizo na pessoa da Duda, das comissões, da Ilka, do Cerimonial, de todo o pessoal da TVAL e da nossa Rádio Alesc Digital, os funcionários que, às vezes, até às 22h esteve conosco e muito nos ajudou todos os dias. Agradeço, então, a cada um deles.

Mas faço uma deferência especial aos meus grandes camaradas, a Mig, o Pomar e a Ana Cláudia, que estiveram comigo todos os dias. Inclusive a Mig e a Ana Cláudia trabalharam de forma voluntária e o Walter Pomar veio me ajudar aqui mesmo não sendo do partido.

Queremos agradecer aos servidores do gabinete da deputada Ana Paula Lima que estiveram conosco, mas particularmente não posso deixar de falar aqui de modo muito fraternal da Calina, que tem espírito materno lá no gabinete, assim como a Eliana, que foi incansável, e a Joice, que tudo conseguia resolver. A cada um desses que foi corresponsável por tudo o que construímos, o meu abraço fraterno, o meu abraço camarada.

Sr. presidente, quero deixar aqui registrado que rodamos seis mil quilômetros neste período. Foi um período bastante rico. Ontem, às 5h da manhã eu estava em Chapecó e às 9h já estava em Criciúma. Isso foi um pouco da nossa rotina. O PCdoB nunca teve alguém no Parlamento, eu tive a oportunidade de ser a primeira, deputado Dirceu Dresch, então quis aproveitar cada minuto e ainda achava que o tempo era pouco e reclamava.

Nós fizemos um grande esforço para construir também o nosso projeto de 2010, lançar o congresso do partido; agora acontecem as conferências municipais e estaduais e depois o nosso congresso nacional. Pode também ser um momento do partido olhar-se e travar debates. Então, foi um momento muito rico.

Nós apresentamos projetos de lei, moções, fizemos audiências públicas e quero dizer, deputado Dagomar Carneiro, que saio desse momento que o partido viveu ainda mais convicta da importância que tem o Parlamento catarinense. Às vezes, nós, como cidadãos, quando estamos em casa, podemos não entender bem o que acontece aqui. Somos apenas um, dispomos apenas de 24 horas, de apenas sete dias por semana e só de 30 ou 31 dias por mês, mas vi muitos parlamentares trabalhando a cada hora, a cada dia, a cada mês, muito intensamente.

Nós não nos aliamos à Oposição e nem ao governo, porque era pouco tempo para dizermos que estávamos aqui a favor ou contra, mas estivemos junto com a Oposição na votação da maioria dos projetos e vimos a dificuldade que é ser minoria constantemente. O PCdoB navega com tranquilidade na minoria. Nós somos minoria na Câmara de Vereadores de Florianópolis e fui minoria aqui também. Às vezes, a minoria nos Parlamentos não é a mesma minoria das ruas, ou seja, às vezes

somos minoria aqui e maioria na rua, mas o que nos interessa é construir a maioria nas ruas.

Quero deixar um abraço especial também para a Jamile, assim como a todos os integrantes da casa militar, que muito nos ajudaram. Eu, que sou comunista, venho de uma tradição que quando vemos polícia morremos de medo, deputado Sargento Amauri Soares, mas tive uma grata surpresa porque toda a casa militar foi muito gentil conosco e quero deixar aqui o meu registro público. Tenho certeza de que vou acabar sendo indelicada e esquecendo de citar alguém.

Quero dizer que para nós, do PCdoB, foi uma grande experiência, foi um ensaio para o que desejamos construir. Andei por este estado, como já mencionei, e o desejo de todos nós é construir uma cadeira neste Parlamento e uma possibilidade para o Parlamento federal. O modo como vai-se dar isso nós estamos analisando. O que nós queremos é ajudar Santa Catarina a construir um projeto elevado, que contemple os catarinenses. Particularmente, um projeto que contemple as minorias políticas, que é a maioria da população; um projeto que contemple as mulheres, a população negra, a população não-heterossexual, a discussão do meio ambiente e o atraso de muitas cidades que até agora ainda não possuem um plano diretor. Quero ajudar, contribuir, pois o acúmulo do PCdoB não é o meu patrimônio individual, não são as minhas condições individuais, mas quero trazer o acúmulo do PCdoB para esta Casa.

Sr. presidente, tenho o hábito de sindicalista de falar com o tempo marcado e enquanto fui vereadora meu tempo era de apenas três minutos. Então, o deputado Gelson Merisio foi muito gentil ao me conceder o tempo que eu quisesse. Mas me bastam esses minutos para dizer que consideramos...

Registro a presença dos nossos camaradas do Sinjusc. Farei devendo uma sessão especial de homenagem ao Sinjusc - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Estadual -, que é irmão do meu sindicato, que é o dos trabalhadores do Judiciário Federal.

Quero dizer que deixamos muita coisa para trás, não conseguimos dar conta de fazer tudo, mas tudo que fizemos foi apaixonadamente. Para terminar, algumas coisas tive que virar noite para dar conta desta tarefa histórica que foi representar o nosso pensamento, o nosso lugar, e o nosso desejo de ver mais mulheres nesta Casa. Adoramos os homens, eu sou mãe de dois, apaixonada por um, mas quero ver mais mulheres neste Parlamento e, quiçá, na próxima legislatura nós possamos trazer mais mulheres e mais homens comprometidos com a causa do povo catarinense.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sra. deputada, os srs. deputados gostariam de fazer uma interferência em relação à despedida de v.exa.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Deputada Angela Albino, não poderia deixar de me manifestar, primeiramente, por uma questão histórica. Nós, comunistas, que lutamos pela anistia, pela Constituinte, pelo pluripartidarismo, sabemos quanto foi difícil sobreviver, pois apesar daquela abertura de 1980, que não foi ampla, geral e irrestrita - alguns partidos tradicionais como o PDT, o PT e o PTB já estavam legalizados -, nós só fomos legalizados em agosto de 1985. Então, veja que até na questão da abertura do processo

democrático nós fomos discriminados. Mas nós, sendo minoria e mesmo não existindo, lutamos pelas maiores causas, como as Diretas Já para presidente. E hoje estamos construindo uma visão mais ampla da política, no sentido de que ninguém ganha uma eleição sozinho, de que ninguém faz política sozinho, mas ampliando, construindo a unidade com quem pensa diferente, sim, mas em cima de um projeto, de um ideal e de uma perspectiva.

Fomos parceiros na Frente Popular e tivemos como candidata a vice, quando fomos candidato a prefeito da capital, a companheira Lia Klein, que v.exa. conhece tão bem. Aliás, ela tinha o mesmo comportamento, a mesma maneira de agir e a mesma origem de v.exa. Isso muito engrandece o seu partido, os nossos partidos.

Mas quero parabenizá-la pela sua atuação, principalmente por atuar junto a esta região que tanto precisa de espaço para ser representada, que é a Grande Florianópolis. V.Exa. não imagina como é importante a concepção da representação do Parlamento. Aqui nós temos que lutar pela região metropolitana: pelo problema, que v.exa. lutou, da mobilidade do transporte; pela potencialidade para o transporte marítimo, que não aplicamos; pela integração da questão do resíduo sólido, da questão ambiental; pela questão do planejamento; pela questão da saneamento, enfim, são tantas as lutas que esta região necessita e precisa dessa representação.

Enfim, esperamos que v.exa. volte o mais breve possível, desejamos-lhe muita saúde, muita felicidade e que continue desta forma, ou seja, olhos nos olhos, propondo a grande unidade dos partidos progressistas da esquerda, coisa que já construímos no passado com o nome de Frente Popular. Sei que no futuro iremos reencontrar-nos até porque este povo é muito inteligente e vai-nos obrigar a fazer essa união, que ocorrerá, com certeza, em breve.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputada Angela Albino, quero parabenizar v.exa. pela sua dinâmica, pelo aproveitamento e pela capacidade de intervenção nesses 60 dias que foram extremamente proveitosos.

Gostaria de dizer que fico muito feliz em participar desta legislatura, na qual a nossa bancada teve o entendimento de que o mandato é coletivo e que todos nós estamos aqui porque um conjunto de companheiros fez legenda para contribuir com o nosso projeto político. O mandato não é só meu, no caso, é de todos nós. E temos o entendimento de chamar os companheiros que ajudaram mais efetivamente na caminhada para a conquista deste espaço, trazendo a sua contribuição para os debates da Assembléia Legislativa. Fomos aliados do projeto estadual de 2006 e certamente vamos construir para estarmos juntos em 2010, no projeto nacional, pois somos aliados do presidente Lula, que está ajudando a fazer este Brasil crescer e distribuir renda. Esta é a nossa grande luta, ou seja, a melhoria das condições de vida da nossa população.

Então, quero saudar e dizer da minha alegria de participar desta legislatura. Entendo que essa experiência é importante para 2010, no sentido de repensarmos e irmos mais além do que conseguimos agora. Mas foi uma alegria imensa a convivência que tivemos aqui.

Parabéns a v.exa. e ao PCdoB, que esteve maravilhosamente representado. Um grande abraço!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, nobre colega.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, companheiro deputado Dagomar Carneiro, que está presidindo esta sessão.

Deputada Angela Albino, eu não deveria tocar nesse assunto agora, mas não sei se v.exa. percebeu - e creio que nem foi a intenção do deputado Professor Grando - que o nosso colega tem "intocado". Da semana passada para cá algumas vezes tem reiteradamente abordado a questão de métodos, de procedimentos seja do parlamentar, seja do movimento social em geral, do movimento político, do movimento dos enfrentamentos existentes no interior da sociedade.

Não vou falar aqui, evidentemente, até porque v.exa. sabe disso, das amplas discussões que historicamente a nossa classe, o proletariado universal, tem e das imensas dificuldades de métodos para se chegar a um consenso. Eu também defendo a unidade entre todos os trabalhadores do campo e da cidade, entre todos aqueles que vendem a sua força de trabalho para poder sobreviver e de todos aqueles outros que nos apoiam, mas entendo que é impossível a unidade no interior de uma sociedade capitalista.

Deputada Angela Albino, lamentavelmente v.exa. não terá tempo de votar aqui o piso mínimo regional, mas tenho certeza de que, se pudesse, mais uma vez estaríamos apertando na mesma tecla, na tecla de mesma numeração, para dizer "sim" ao piso regional de Santa Catarina. E falo isso também por perceber a chegada de algumas centrais sindicais que estão militando nessa causa, aproveitando para saudar os camaradas do Partido Comunista do Brasil e do PCdoB que estão aqui presentes.

Eu quero dizer que - e eu ainda vou tirar pelo menos dez minutos do meu tempo para fazer esse debate com o deputado Professor Grando - o método que nós adotamos é aquele de estar permanentemente vinculado à demanda da classe trabalhadora que é organizada de forma coletiva. Algumas vezes posso estar errado. É possível que já tenhamos cometido erros ao longo da história do movimento comunista no Brasil, que vem desde 1922, mas mantemo-nos permanentemente alinhados até a medula com a vontade coletiva gritada pela nossa classe, às vezes aqui nessas galerias.

Então, esse tem sido o nosso método, e foi o método de v.exa. também nesses dois meses que esteve aqui. Foi um prazer termos votado a favor de quase, senão a maioria, todos os projetos importantes para a sociedade catarinense. E votamos de forma conjunta na mesma proposta ou contra outra proposta considerada inadequada para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade.

Assim sendo, foi uma satisfação tê-la conosco, mas é uma pena que tenha sido por tão pouco tempo. Eu creio e torço, embora isso seja paradoxal, pela condição também de um dos candidatos, para que possamos, nos próximos meses, não mais do que 18 ou 19 meses, dividir por um período de quatro anos os debates deste Poder Legislativo, pois isso é importante não pela nossa posição pessoal de parlamentar ou da nossa organização política ou partidária, mas pelo conjunto da sociedade, na qual apoio as demandas da classe trabalhadora, daqueles que vivem do esforço do próprio trabalho.

Então, quero parabenizá-la e dizer que v.exa. honrou, com certeza, o seu partido e as mulheres também por ter sido nesses dois meses fiel às origens, fiel à vontade dos trabalhadores de Santa Catarina.

Sr. presidente, desculpe por me ter estendido, mas quero dizer à deputada Angela Albino que a luta continua! Continuaremos encontrando-nos nos movimentos sociais da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina, com todos os lutadores e lutadoras do povo catarinense e brasileiro.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu quero registrar, com muita satisfação, esse momento importante e esse período que foi, com certeza, muito confuso, pois a base exige a nossa presença, como também a Assembleia Legislativa. Essa é a tensão que o parlamentar vive, porque a sociedade, as entidades, as organizações querem que o deputado esteja presente. Por isso o nosso trabalho não é só dentro desta Casa, é também lá fora, junto com a sociedade.

Mas quero parabenizá-la, deputada, e dizer que a relação com v.exa., que é mulher, é muito importante. Eu acredito e tenho convicção de que a sociedade de fato só vai sofrer uma transformação se tiver uma participação maior das mulheres em todos os espaços, seja nos sindicatos, seja na política.

V.Exa. falava da sua realidade familiar e a minha realidade é justamente inversa. Eu vivo com quatro mulheres em casa, ou seja, com as minhas três filhas e a minha esposa. Eu tenho também sete irmãs. Então, sempre convivi muito com mulheres e por isso tenho tranquilidade ao fazer essa discussão. Mas o PT de Santa Catarina também trouxe a primeira agricultora para a Assembleia Legislativa, a nossa grande Luci Choinacki, atual presidente do nosso partido.

Quero dizer ainda que esse rodízio parlamentar é fundamental aos suplentes que nos ajudaram a estar aqui, pois damos-lhes a oportunidade de ficar nesta Casa durante um determinado período. Eu também me ausentarei no mês que vem, dando oportunidade, durante 60 dias, ao padre Círio, de São José, que irá ocupar um espaço para sua atuação.

Eu, como líder de bancada, posso ajudar a construir, junto com v.exa., com a sua experiência sindicalista, o trabalho legislativo. Mas a sociedade catarinense precisa ajudar-nos a ter mais pessoas como v.exa., que é sindicalista, que tem uma experiência de luta, de organização para fazer projetos, para fazer leis e ajudar a mudar e a melhorar o estado de Santa Catarina.

Espero que possamos estar juntos numa próxima gestão e que, quem sabe, numa possível aliança v.exa. possa vir a esta Casa como efetiva e dar espaço para os companheiros suplentes que virão junto com v.exa.

Muito obrigado, parabéns e continue firme nessa luta, nessa caminhada, junto com os companheiros do Sinjusc e de todos os sindicatos para melhorar a vida dos trabalhadores catarinenses. Eu imagino que v.exa. irá sentir muito não poder estar aqui para aprovar o piso regional, mas esperamos que o projeto seja aprovado o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, presidente, e parabéns novamente a v.exa., deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, gostaria de mais alguns minutos para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com certeza a palavra está assegurada a v.exa. pelo tempo que desejar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, presidente.

Sr. presidente, apenas gostaria de agradecer mais uma vez aos que estiveram comigo no gabinete: a Eliana, que está aqui, a Miriam, a Calina, a Joice, o Marcelo e a Ana Cláudia. Particularmente, a esses que estavam todos os dias junto comigo eu quero deixar um abraço muito pessoal. E não é o abraço de política, é o abraço de uma pessoa amiga.

Conheci grandes mulheres e grandes homens nesta Casa, sr. presidente, mas preciso referir-me também à minha casa, que é a Justiça do Trabalho, da qual sou servidora de carreira desde 1988, completando, pois, 21 anos de trabalho. Fiz falta, com certeza, no meu setor, pois há pouca gente para muita demanda. Mas mesmo assim os meus colegas e o meu chefe Gelson Binotto me deram toda a tranquilidade para ficar aqui durante dois meses. O juiz a quem sou vinculada, dr. Gilmar Cavalheri, que também foi um entusiasta, deu-me todas as condições de estar aqui, agora. Eu retorno depois de amanhã à Justiça do Trabalho, à minha casa, onde me criei, fui para lá menina e tive dois filhos. E agora, quando os cabelos brancos começarem a chegar, Eliana, e ainda não chegaram, também lá estarei. Então, retorno à minha casa agora na condição de dirigente da Federação Nacional do Judiciário Federal, que é a federação de todo o nosso país, para poder ajudar na luta dos trabalhadores.

Mas eu não poderia deixar de registrar essa condição de sindicalista e de filiada à CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil - e reafirmar, tanto na fala do deputado Dirceu Dresch, quanto na fala do deputado Sargento Amauri Soares, o nosso compromisso com o piso mínimo regional. Vai ser a primeira atividade que construiremos, não construindo a maioria aqui, do outro lado. Tomara que seja uma unanimidade, sr. presidente, que não haja uma maioria, como tristemente vi alguns dias nesta Casa: uma maioria constituída do lado de fora e outra maioria constituída do lado de dentro.

Eu torço para que esse piso mínimo regional dê melhores condições à classe trabalhadora, a fim de impulsionar, inclusive, a economia, e que possamos constituir uma só maioria, a maioria do povo brasileiro, dentro ou fora dessas paredes.

Nessas palavras, sr. presidente, agradeço a sua gentileza, que permitiu que eu concluísse o meu pronunciamento; agradeço a convivência com os parlamentares desta Casa, com todos os funcionários, e não posso esquecer-me do pessoal da técnica e do som do plenarinho, que ficava todos os dias conosco durante o recesso. Agradeço também fraternalmente aos que contribuíram para que esses dois meses honrassem a tradição do PCdoB.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Deputada Angela Albino, em nome da Presidência da Assembleia Legislativa eu gostaria de parabenizá-la e de agradecer-lhe pela participação, dizendo-lhe que, apesar de 60 dias parecerem pouco, v.exa. teve um desempenho, uma desenvoltura como se aqui já estivesse desde o início da legislatura. E na sua força de trabalho, com a sua simpatia, percorreu, nesses 60 dias, seis mil quilômetros, mas esteve sempre presente no plenário demonstrando sua vontade e força de trabalho.

Parabenizamos v.exa. por sua estadia e torcemos para que na próxima legislatura esteja aqui como deputada eleita. Tenho certeza de que os seus eleitores se orgulharam do período em que esteve representando-os na Assembleia Legislativa, de

forma muito competente e, acima de tudo, participando de todas as discussões e votações dos projetos aqui apresentados.

Muita felicidade e sucesso.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do presidente da Força Sindical, o nosso companheiro Osvaldo Mafra, assim como de outros sindicalistas, de outras centrais do nosso estado, que continuam aqui lutando pela implantação do piso mínimo regional de Santa Catarina. Quero citar também a presença do prefeito de Correia Pinto, Vânio Forster, nosso companheiro que está usando a camisa do Colorado, assim como do vice-prefeito Telmo Vieira, de São José, que é também um companheiro pedetista, com quem temos tido a satisfação de lutar pela continuidade da universidade pública municipal em nossa cidade.

Quero saudá-los, agradecer a presença e dizer que estamos à disposição.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Dagomar Carneiro) - Em nome da Presidência da Assembleia Legislativa, eu gostaria de dar boas-vindas ao prefeito Vânio Forster, ao seu chefe-de-gabinete Amarildo Volpato, e ao sr. Antônio Sidnei de Souza, de Correia Pinto, todos pedetistas.

Da mesma maneira, quero dar boas-vindas ao vice-prefeito Telmo Vieira, da cidade de São José.

Registramos ainda a presença do sindicalista Moacir Pedro Rubini, presidente da UGT de Santa Catarina, do sr. Osvaldo Mafra, presidente da Força Sindical, bem como do secretário-geral do PDT de Santa Catarina, sr. Everton Wan-Dall, e dos membros da Executiva da Juventude Socialista do PDT, Jonathan e John.

Parece que virou uma reunião do PDT. Por coincidência, todos os membros que aqui citamos são do nosso partido, que nos dão orgulho de estar visitando a Assembleia Legislativa, na manhã de hoje.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, no município de Criciúma.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 047-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andrino para ausentar-se do País, no período de 14 a 18 de agosto do corrente ano, com destino a Montevideú, República Oriental do Uruguai, a fim de participar da União Parlamentar do MERCOSUL - UPM.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 11 de agosto de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 257, de 13/08/2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, considerando:

1. que a Influenza A é uma doença respiratória aguda (gripe), causada pelo vírus A (H1N1), e que esse novo subtipo do vírus é transmitido de pessoa à pessoa principalmente por meio da tosse ou espirro e de contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas;
2. que a Influenza a é responsável por um número significativo de internações hospitalares no país, com expressiva ocorrência noticiada em Santa Catarina;
3. que o sazonal clima frio propicia e recrudescimento da contaminação;
4. que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que se evite a aglomeração de pessoas em ambientes

fechados e o eventual contato com pessoas já contaminadas, mas que ainda não apresentam os sintomas; e

5. as diretrizes do Plano Brasileiro para Enfrentamento de Pandemia de Influenza e do Plano de Preparação para o Enfrentamento da Pandemia de Influenza no Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º ficam suspensas até o dia 22 de setembro de 2009 as atividades e os eventos a serem realizados nas dependências do Palácio Barriga-Verde que aglomerem visitantes e ou servidores.

Parágrafo único. Excetua-se da suspensão as Sessões plenárias ordinárias e extraordinárias e as Reuniões ordinárias das comissões, casos em que os acessos às galerias e às salas de reunião ficam limitadas a um terço de suas respectivas capacidades.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 258, de 13/08/2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **LUIZ CARLOS PADILHA PUTTKAMMER**, matrícula nº 0781, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Edison Andrino).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ATA DA SESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

REF.: Concurso nº 001/2008

OBJETO: CONCURSO "PRÊMIO ESCOLA DO LEGISLATIVO" PARA MONOGRAFIAS INÉDITAS SOBRE O TEMA *PODER LEGISLATIVO E SEUS DIVERSOS ASPECTOS*.

No dia treze de julho de dois mil e nove, às 10h 00min, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Sala 302, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações (CPL), com a finalidade de deliberar sobre a solicitação encaminhada pela Escola do Legislativo, através de ofício nº 355/2009/EL, de 06 de julho de 2009, o qual requer a prorrogação do prazo para julgamento do referido prêmio. Diante da justificativa de que a Comissão Especial designada para o julgamento das monografias foi instituída no dia 15 de junho de 2009, e que, reuniu-se pela primeira vez e recebeu os envelopes para julgamento no dia 29 de junho de 2009, o prazo que se refere ao Edital se esgotará no dia 29 de julho de 2009, e, no caso de prorrogação se estenderá até 29 de agosto de 2009, esta Comissão Permanente de Licitações (CPL) resolveu aceitar a justificativa e acatar a solicitação, de acordo com o item nº 11.10 do Edital, indicando que o prazo final se esgotará no dia 29 de agosto de 2009. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

Sinara Lúcia Valar Dal Grande - Presidente

Membros da CPL:

Adriana Lauth Gualberto

Bernadete Albani Leiria

Helio Estefano Becker Filho

José das Neves Filho

Juçara Helena Rebelatto

Valter Euclides Damasco

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Geral

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 05/08/2009

Aos cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e nove, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Sérgio Augusto Machado, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard, Cecília Biesdorf Thiesen. Participou da reunião como convidado Dr. José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior: Encaminhado pelo Diretor Geral da ALESC em 30/07/09 Interessado: Coordenadoria de Estágios da ALESC "Minuta de um Projeto de Resolução (institui o Programa Nadir Morelli para estagiários com deficiência no âmbito da ALESC", que teve o parecer aprovado por unanimidade. Continuando, o relator retirou de pauta as Consultas encaminhadas em 12/02/2009 e 16/02/2009, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Minuta de Ato da Mesa - comunicação de gozo de férias ou licenças-prêmio, servidores Jacob Tancredo Knabben e Nelson Henrique Moreira". Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 05 de agosto de 2009.

*** X X X ***

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1696ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1696ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Secon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1411/09, de Carla Fabiana Faria dos Santos; Processo nº 1420/09, de Nazarildo Tancredo Knabben e Consulta Of. CL nº 0318/2009 de 30/07/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações

"Inexigibilidade - SOBEP, aquisição de cota de participação no III Congresso Brasileiro de Enfermagem Pediátrica e Neonatal". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 435/09 de 09/07/09, Interessado: Deputado Rogério Mendonça - PMDB "Existe a possibilidade de Município cobrar algum imposto, ou outro tributo, em razão da instalação e funcionamento no seu território de Pequena Central Hidrelétrica e/ou Usina Hidrelétrica?". 3) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan: O relator deu conhecimento ao parecer exarado no Mandado de Injunção nº 2009.036541-5, Impetrados: Alberto Marmentini Filipini e Impetrada: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1147/09, de Osmino Koch e Ofício nº 72412.1/PGJ de 13/07/09, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina "atendimento do constante no Ofício nº 0143/2009/26PJ/CAP - Contrato CL nº 017/2006, firmado com a COTRANS - Locação de Veículos Ltda." 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade a Consulta Of. CL nº 0324/2009 de 31/07/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Consórcio Biometria - prorrogação de prazo para entrega final dos serviços que serão executados por conta do Contrato nº 009/2009-00". 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1413/09, de Katherine Benedet Galli e Processo nº 1414/09, de Maria Helena Henriques Pereira. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1418/09, de Idelvino Luiz Furlanetto. 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1415/09, de José Nilson de Espindola; Processo nº 1416/09, de Carlos Alberto Mafra Tabalipa e a Consulta Of. CL nº 0328/2009 de 03/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Ata de Registros de Preços - PRIMER Comércio de Troféus e Prestadora de Serviços Gráficos Ltda.". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia doze (12) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2009.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º1572, de 30/07/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 027/2009, referente à aquisição de equipamentos de som, obteve o seguinte resultado:

Lote 01 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM.

Vencedora: Graves & Agudos C. I. M. Ltda

Valor do Último Lance: R\$ 38.000,00

Lote 02 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM.

Vencedora: Graves & Agudos C. I. M. Ltda

Valor do Último Lance: R\$ 292000,00

Florianópolis, 12 de agosto de 2009.

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 103/2009

REFERENTE: Apostilamento CL nº 002/2009 ao objeto do Pregão Presencial CL nº 008/2009-00, celebrado em 01/08/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Prime Comércio de Troféus e Prestadora de Serviços Gráficos Ltda.

OBJETO: Altera quantitativamente o objeto do Pregão Presencial CL nº 008/2009 através do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor inicial da Ata de Registro de Preços 002/2009, passando o valor inicial de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) para R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

Deputado Jorginho Mello - ALESC

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155/09

GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1092

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossa Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 06 de agosto de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Florianópolis, 20 de julho de 2009.

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 083/2009

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho trazer à consideração e aprovação de Vossa Excelência, o anexo projeto de **Medida Provisória** que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A e estabelece outras providências", tendo por objetivo precípuo a **viabilização de despesas de capital**.

Cumpra-me esclarecer a Vossa Excelência que, recentemente, o Conselho Monetário Nacional, ao modificar a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que "Consolida e redefine as regras para o constringimento do crédito ao setor público" autorizou a **contratação de empréstimos, pelos Estados** e pelo Distrito Federal, desde que direcionadas à **viabilização de despesas de capital**. Com essa medida o Governo Federal buscou compensar os Entes Federados pela redução ocorrida nos repasses do Fundo de Participação dos Estados - FPE.

Tal autorização foi objeto da Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional (art.1º), tendo havido, logo em seguida, por intermédio da Resolução CMN nº 3.723, de 12 de maio de 2009, **alteração do prazo total do financiamento, aos mutuários, para até 9 (nove) anos** (incluída a carência).

Impende destacar, por oportuno, que como se trata de **oferta recente de recursos**, o Estado está tentando viabilizar, junto à Secretaria do Tesouro nacional, a inclusão, entre outras, da referida operação, no **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de SC** para o triênio 2009-2011, conforme explanado no Ofício nº 476/2009, cópia anexa.

Finalmente, assevero estarem presentes as razões de **relevância e urgência** que ensejam, na forma do artigo 51 da Carta Estadual, a edição da norma proposta, à vista da importância da medida para o interesse público do Estado de Santa Catarina, da possibilidade da realização de **obras destinadas à recuperação dos efeitos nocivos destinadas à recuperação dos efeitos nocivos causados pelas cheias, em final de 2008**, e da necessidade de serem tomadas todas as providências técnicas e legais, **de modo a se poder firmar o contrato de empréstimo respectivo, o mais breve possível**, em face do prazo exíguo assinalado pela própria Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

À vista do exposto, manifesto-me pela edição da Medida Provisória, em anexo, com trâmites constitucionais de praxe.

Atenciosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155, de 06 de agosto de 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, junto ao Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 51.192.000,00 (cinquenta e um milhões e cento e noventa e dois mil reais), para a viabilização de despesas de capital, observado o disposto na Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, com as alterações da Resolução nº 3.723, de 12 de maio de 2009, ambas do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados, nos orçamentos anuais, durante o prazo para

liquidação da operação de crédito, relativos ao pagamento de juros e amortizações, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, atualizações monetárias e de outros ajustes previstos contratualmente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias, à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º, do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao pagamento das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Medida Provisória.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 06 de agosto de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO

VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - RESOLUÇÃO 3.716/09

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000		767.880	767.880
2010	-	3.199.500	3.135.510	6.335.010
2011	-	6.399.000	4.291.329	10.690.329
2012	-	6.399.000	3.699.422	10.098.422
2013	-	6.399.000	3.107.514	9.506.514
2014	-	6.399.000	2.515.607	8.914.607
2015	-	6.399.000	1.923.699	8.322.699
2016	-	6.399.000	1.331.792	7.730.792
2017	-	6.399.000	739.884	7.138.884
2018	-	3.199.500	147.977	3.347.477
TOTAL	51.192.000	51.192.000	21.660.615	72.852.615

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 287/09

Jaraguá do Sul, 25 de maio de 2009.

Eventos do Botafogo F.C. no ano.

* No 2º Domingo do mês de março é realizado o **ENCONTRO DOS MÚSICOS DA CULTURA ALEMÃ**, dos instrumentos de FOLES, CORDAS E SOPRO.

O Encontro tem por objetos promover a cultura alemã, seus fundamentos e raízes através da música, visando promover o intercâmbio artístico-cultural entre os músicos formadores da cultura alemã.

* No ano são realizados 3 buscas de Majestades do Tiro (Rei, Cavalheiros, Rainha e Princesas). Sendo no sábado a tarde realizados os festejos e as novas competições de tiro para escolha das novas majestades para o próximo ano, onde a noite é realizado o grandioso baile.

* No mês de Novembro é realizado o Baile de Aniversário do Clube. No ano de 2009 completa 60 anos da sua fundação.

* Toda 3ª sexta-feira de cada mês é realizado o Baile para a 3ª Idade (tarde dançante), onde não é cobrado a entrada e a música é paga por patrocinadores.

* O clube também matém uma Escola de Futebol, onde treinam 300 jovens entre 6 e 18 anos. A escola de futebol visa ocupar os jovens com atividades físicas, retirando - os das ruas e ocupando-os das ruas e ocupando-os com o esporte e não com vícios e drogas. Dos jovens inscritos e treinando não é cobrado mensalidades, apenas devem adquirir o material esportivo (chuteira, caneleira, etc...). Os jovens também devem apresentar boletim escolar e são acompanhados por profissionais.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos mui,

Atenciosamente,

Ari Enke

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 288/09

CLUBE DE MÃES FAZER NÃO ESPERAR ACONTECER DA LAGOINHA - JLLE Joinville, 07 de agosto de 2009

Ao

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Em cumprimento a Lei nº 10436 de 01 de julho de 1997 e alterações posteriores, estamos enviando em anexos documento exigidos conforme Art. 3º, inciso I, II e III e inciso VI do Art. 2º desta Lei.

Atenciosamente

Juarez L. da Silva
Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 11/08/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 289/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS SEARA/SC
Ofício nº 27/2009 Seara, 05 de agosto de 2009.

A
PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RUA JORGE LUIZ FONTES 310/CENTRO
FLORIANÓPOLIS

Estamos encaminhando documentação da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Seara/SC com a finalidade de mantermos o status de utilidade pública estadual.

E para que possamos estar quites e regulares como entidade declarada de utilidade pública estamos encaminhando os seguintes documentos da APAE de Seara:

- I - relatório anual de atividades exercício 2008;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;
- IV - balancete contábil.

Atenciosamente,

FREDERICO RIESEMBECK NETO
PRESIDENTE APAE-SEARA

Lido no Expediente
Sessão de 12/08/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 290/09

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Ofício 026/ APAE/2009 Bom Jardim da Serra 06 de agosto de 2009.

Para: Presidente
Assembleia Legislativa
Estado de Santa Catarina.

Através deste estamos encaminhando os documentos necessários para a renovação do Título de Utilidade Pública Estadual da APAE de Bom Jardim, segue:

- * Relatório anual de atividades - 2008
- * Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de Utilidade Pública.
- * Cópia do Estatuto.
- * Balanço Contábil de 2008.

Ozaira Andrade de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 12/08/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1658, de 10 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor ARIVALDO DE SOUZA MADEIRA, matrícula nº 5709, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de agosto de 2009 (Gab Dep Dagomar Carneiro).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1659, de 10 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IVONE MAZUTTI DE GERONI, para exercer o cargo de provimento em comissão Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dagomar Carneiro).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 293/09

Altera a Lei nº 8.328, de 5 de setembro de 1991, que declara de utilidade pública a Federação de Vela e Motor do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Lei nº 8.328, de 5 de setembro de 1991, passa vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Federação de Vela do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação de Vela do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - A A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 8.328, de 5 de setembro de 1991, em razão da mudança da denominação, demonstrada na Certidão emitida pelo Registro Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, de Florianópolis.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 294/09

Concede Título de Cidadão Catarinense à Senhora Clair Castilhos Coelho.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense à Senhora Clair Castilhos Coelho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

Nascida no Rio Grande do Sul, Clair Castilhos Coelho vive desde os anos 70 em Florianópolis, cidade que a elegeu vereadora para dois mandatos, de 1983 a 1988 e 1989 a 1992.

Através da militância política ou na área da saúde, Clair Castilhos contribuiu com a evolução dos estudos e das políticas sobre a saúde e a participação política das mulheres. Seus livros e artigos são referência nacional para trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área.

Graduada no Curso de Bioquímica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é especialista e mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo.

Há mais de quinze anos, atua como professora do Departamento de Saúde Pública na Universidade Federal de Santa Catarina. Através da UFSC, foi uma das idealizadoras do Seminário fazendo Gênero, evento que se tornou referência para o movimento feminista das academias do país.

Há vinte anos, ajudou a fundar a Casa Mulher Catarina, a mais antiga entidade de defesa dos direitos da Mulher em Santa Catarina. Também militou na Articulação de Mulheres Brasileiras.

Atualmente, integra a União Brasileira de Mulheres em Santa Catarina e é Secretária de Mulheres do Partido Comunista do Brasil.

Ante o exposto, solicito a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 295/09

Declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmã Maria de Ângelis, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmã Maria de Ângelis, com sede no município de São José.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido

controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Espírita Irmã Maria de Ângelis, com sede no município de São José, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade praticar a doutrina espírita, propagando-a por meio de palestras e demais meios de comunicação, promover a assistência social e o voluntariado, assim como a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 296/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, de Santa Terezinha.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, com sede no município de Santa Terezinha.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Agricultores da Localidade Canelas, com sede no município de Santa Terezinha, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, recreativo e educacional, que tem por finalidade congrega agricultores, moradores, técnicos e organizações que se interessem pelo desenvolvimento da comunidade e assuntos afins.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 297/09

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - Setor Leste - 135, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - Setor Leste - 135, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

O Conselho Comunitário de Segurança - Setor Leste - 135, com sede no município de Blumenau, pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de apoio às polícias estaduais nas relações com a comunidade, para a solução integrada dos problemas de segurança, com base na filosofia da Polícia Comunitária, que objetiva constituir um canal privilegiado pelo qual a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e o Comando Geral da Polícia Militar passarão a auscultar a sociedade.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 298/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Professora Leonides H. Westarb, com sede no município de Blumenau, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade incentivar e apoiar as ações pedagógicas da unidade escolar, promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades comunitárias e escolares e contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, dentre outras.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 299/09

Torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina onde haja consumo de alimentos deverão disponibilizar nos banheiros fio ou fita dental em quantidade suficiente para o uso de sua clientela.

Art. 2º O fio ou fita dental deverá estar regulamentado e dentro dos padrões exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 3º O fio ou fita dental deverá estar em embalagem adequada e higiênica, com prazo de validade e especificações técnicas visíveis.

Art. 4º O estabelecimento comercial omissos ficará sujeito as seguintes sanções, em ordem progressiva, por reincidência:

- I - primeira infração: notificação para se adequar à lei em 15 dias;
- II - segunda infração: multa de R\$2.000,00 (mil reais);
- III - terceira infração: multa de R\$4.000,00 (quatro mil reais);
- IV - quarta infração: multa de R\$6.000,00 (seis mil reais) e suspensão do alvará de localização e funcionamento por 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: O estabelecimento comercial que tiver seu alvará de localização e funcionamento suspenso de acordo com inciso IV deste artigo poderá ter suas atividades restabelecidas antes do prazo previsto mediante pagamento de todas as multas previstas nesta lei e regularização da infração, que deverá ser comprovada por vistoria do órgão competente.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais deverão estar adequados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

Deputado Dagomar Carmeiro

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares o projeto de lei em anexo que visa tornar obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos no Estado de Santa Catarina.

Sabe-se atualmente que a higiene bucal não se conclui apenas com a escovação. O uso do fio dental é tão importante quanto o uso da escova de dente.

Com o uso do fio ou da fita dental é garantida a remoção de resíduos alimentares que a escova não consegue remover. Pesquisas apontam que a associação do uso do fio dental com a escova de dente pode remover 26% das placas bacterianas a mais que o uso isolado da escova.

Com efeito, a escova consegue limpar a parte externa, de dentro e por cima dos dentes, mas não consegue limpar entre os dentes, justificando a necessidade do uso diário do fio dental após todas as refeições, atuando nas regiões onde a escova não alcança.

Destaque-se que, do ponto de vista econômico, como bem demonstrou a reportagem do Jornal "O Estado de São Paulo" na edição do dia 28/04/2009, os gastos que os donos dos estabelecimentos comerciais teriam com a aquisição de palitos poderão ser direcionados para o dispensador de fio dental (aparelho semelhante ao dispensador de papel toalha).

Outro ponto importante diz respeito à higiene, pois somente a pessoa interessada terá contato com o fio dental, ao contrário do palito de dente que fica exposto nas mesas ao alcance de todos, colaborando na propagação de bactérias e doenças, além de causar sérios danos a saúde bucal, pois o palito de dente agride a gengiva causando retração gengival bem como poderá desencadear um processo inflamatório na região ferida.

Por fim, a utilização do fio ou fita dental colabora com a preservação ambiental diminuindo o consumo de palitos de dente e conseqüentemente o corte de árvores.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 300/09

Declara de utilidade pública a Associação Folclórica Alevanta Meu Boi, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Folclórica Alevanta Meu Boi, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no Expediente

Sessão de 11/08/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Folclórica Alevanta Meu Boi, entidade filantrópica com sede no município de Florianópolis, foi fundada em 20 de novembro de 2005 e tem suas atividades voltadas para o resgate e valorização das tradições açorianas.

Tem como finalidade institucional zelar pelas raízes açorianas promovendo encontros e apresentações, como também, proporcionar a seus associados e à comunidade local atividades desportistas amadoras e educativas.

A documentação anexada ao projeto de lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 14.182, de 2007.

Neste sentido, pela natureza e carácter institucional da entidade, recomendo aos Senhores Deputados a aprovação da presente declaração de utilidade pública por entender ser medida justa para com aquela Associação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 301/2009

Declara de utilidade pública a Associação do Morro da Penitenciária.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Associação do Morro da Penitenciária do município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2009.

Manoel Mota

Deputado Estadual - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 12/07/09

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Associação do Morro da Penitenciária, com sede no município de Florianópolis.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no município de Florianópolis, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover a assistência social, a filantropia, a cultura, a educação e o desporto, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epígrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 302/09

Concede o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Luiz D'Ávila.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Luiz D'Ávila.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 12/08/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo que objetiva conceder o Título de Cidadão Catarinense ao nobre colega de profissão, nascido no Rio de Janeiro, e que adotou Florianópolis como sua terra natal, filho de mãe florianopolitana, do Ribeirão da Ilha; hoje é médico cardiologista e vice presidente do Conselho Federal de Medicina.

Graduou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ex Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Fez Pós-Graduação na Universidade Gama Filho, na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Santa Catarina. Especializou-se em Cardiologia pela 6ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Realizou Mestrado em Neurociências e Comportamento pela UFSC.

Foi Conselheiro do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina por diversas gestões: 1983/1987, 1988/1993, 1993/1998, 1998/2003 e 2003/2008 e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina de 1995 a 1998. É membro titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia desde 1988. Membro da New York Academy of Sciences e da American Association for the Advancement of Science e membro associado da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde desde 1995. Também é membro titular da Sociedade Brasileira de Bioética desde 1998 e membro honorário da Sociedade Brasileira de Clínica Médica. Conselheiro Federal, por Santa Catarina, eleito no Conselho Federal de Medicina de 1999/2004 e 2004/2009; foi Corregedor do Conselho Federal de Medicina de 1999/2006 e é 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, desde 2007. Atua desde 1983 em departamentos da Universidade Federal de Santa

Catarina, atualmente no Departamento de Ciências Morfológicas - CCB - UFSC, e trabalha no Hospital Florianópolis e no Hospital de Caridade, em Florianópolis.

Nosso homenageado, Roberto Luiz D'Ávila, desenvolve grande parte de suas atividades profissionais em Florianópolis, onde escolheu para viver e trabalhar, realizando com brilhantismo e respeitabilidade sua carreira médica, cumprindo seus deveres também como chefe de família, recebendo, desta forma, o reconhecimento de toda sociedade e da classe médica, por tudo o que realizou em prol do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 303/09

Reconhece a utilidade pública da Associação Hospitalar de Tunápolis, do município de Tunápolis.

Art. 1º - Fica reconhecida a utilidade pública da Associação Hospitalar de Tunápolis, do município de Tunápolis.

Art. 2º - A entidade beneficiária ficam assegurados os direitos decorrentes da legislação afim.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 12/08/09

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à sociedade, em especial de seu município, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 304/09

Dá nova redação ao Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.734, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado de Santa Catarina, da capina química nas áreas que relaciona.

Art. 1º O Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.734, de 17 de junho de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

Parágrafo único. A proibição contida no *caput* deste artigo não se aplica em áreas rurais e nas capinas amadoras em imóveis particulares devidamente protegidos do acesso público."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 13/08/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa tem o intuito de propor a alteração do Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.734, de 17 de junho de 2009, fazendo a seguinte inclusão de texto: "[...]e nas capinas amadoras em imóveis particulares devidamente protegidos do acesso público."

Justifica-se a referida solicitação em virtude de que o texto original deixa margem de dúvida sobre a permissão do uso nas propriedades urbanas particulares.

O Ministério da Saúde/Anvisa exige estudos específicos em laboratórios credenciados para todos os produtos que visem registro com a finalidade de jardinagem amadora, com uso previsto em áreas urbanas, fazendo com que os mesmos sejam adequados ao meio em que serão utilizados.

Alegar simplesmente que a capina química, por combater a flora, prejudica a fauna existente, induz o leitor à conclusão de que o problema é o uso químico em si, porém, é um equívoco, pois vale lembrar que boa parte dessa fauna é composta por pragas urbanas que trazem riscos à saúde da população, além do fato que a capina

mecânica também combate a flora existente e, assim, da mesma forma que a química, irá diminuir a disponibilidade de alimento para a fauna desse ecossistema.

O solo é um sistema bastante complexo, constituído por material mineral, matéria orgânica, micro-organismos, água e ar; sendo que a variação de um desses componentes pode provocar alterações nos demais. A presença de micro-organismos no solo pode ser facilmente influenciada por inúmeros fatores, como propriedades físico-químicas, matéria orgânica, umidade, temperatura, pH, sistemas de manejo e outros. Portanto, variações em populações específicas de micro-organismos são esperadas sempre que se introduz qualquer prática (mecânica ou química) que altere significativamente os fatores citados.

O glifosato (principal produto utilizado nas formulações dos herbicidas) utilizado na capina química é absorvido basicamente pela região clorofilada das plantas (folhas e tecidos verdes) e a partir daí disseminado para toda planta, ou seja, grande parte do produto não chega a tocar o solo.

A parte do produto que se encontra nos tecidos vegetais contribui para reduzir sua disponibilidade no ambiente, e este produto somente irá atingir o solo quando a matéria seca dessas plantas daninhas for decomposta pelos organismos do solo e, na maior parte das vezes, não mais como glifosato.

Ainda assim, o referido produto já está há mais de trinta anos no mercado e inúmeros estudos apontam que essa molécula liga-se fortemente ao solo, portanto, não vai com facilidade para os aquíferos. Uma característica importante é a sua capacidade de ser absorvido pelas partículas de solo e permanecer inativo até sua completa degradação.

O glifosato é rapidamente degradado por micro-organismos do solo, sendo que sua meia-vida média é de 32 dias, resultado obtido em estudos em diferentes localidades geográficas.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 305/09

Altera a Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, acrescentando o § 3º ao art. 1º.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, fica acrescido do § 3º com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 3º Excetuam-se do disposto no *caput* as agências de correios franqueadas - ACFs."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa excluir da determinação prevista no art. 1º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, as agências de correios franqueadas.

A Lei em referência determina que "todas as casas lotéricas e agenciados dos correios em funcionamento no Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a possuir serviço de segurança, prestado por vigilantes profissionais, visando à segurança dos usuários, funcionários e proprietários."

Ocorre que os serviços prestados pelas Agências de Correios Franqueadas são diferentes dos prestados pelas Casas Lotéricas e Agências próprias dos Correios, pois as franqueadas não realizam serviços bancários, e sendo assim, não movimentam uma quantia de dinheiro que justifique a necessidade de contratação de um vigilante, além do que a determinação vigente viria encarecer em muito os custos operacionais dessas pequenas empresas que não teriam como se manter no mercado.

Face à relevância da proposição, espero contar com o apoio dos Excelentíssimos Senhores Deputados que integram este Parlamento, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0013/09

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do programa de Formação de Vereadores Mirins no estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o programa de Formação de Vereadores Mirins no estado de Santa Catarina, que visa contribuir na formação política dos estudantes que participam dos Programas de Vereadores Mirins, promovidos pelas Câmaras Municipais e tornar conhecida e acessível aos estudantes as funções, atribuições e atividades desenvolvidas pelo Parlamento Estadual.

Art. 2º - O programa de Formação de Vereadores Mirins está inserido no Programa Conhecendo o P Parlamento, conforme Resolução 0008/2005 e terá a coordenação da Escola do Legislativo.

Art. 3º - Caberá a Escola do Legislativo determinar e executar as atividades respectivas, que compreenderão, entre outras, a realização de palestras, conferências ou seminários sobre a política, Poder Legislativo, e, em particular, sobre a Assembléia Legislativa e seu funcionamento.

Art. 4º - O programa de Formação de Vereadores Mirins será realizado ocasionalmente nos municípios das Câmaras de Vereadores e nas dependências relativas à área Legislativa, e obedecerá à Supervisão do Presidente da Escola do Legislativo.

Art. 5º - A Escola do Legislativo, promoverá ao final de cada ano um Encontro Estadual de Vereadores Mirins, na Sede do Palácio Barriga-Verde, com o objetivo de congregar os estudantes com mandato parlamentar e propiciar troca das experiências desenvolvidas durante o período de atuação como vereadores mirins.

Art. 6º - A Escola do Legislativo promoverá formação para os Vereadores Mirins em Visita à A Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Art. 7º - A Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, assumirá as despesas com material, programação, professores e palestrantes, lanche e refeição dos alunos vereadores, não assumindo as despesas com hospedagem e traslado dos municípios para a Capital do estado;

Art. 8º - As despesas oriundas desta resolução correrão por conta do Orçamento da Assembléia Legislativa da Santa Catarina.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Joares Ponticelli
Lido no Expediente
Sessão de 12/08/09

JUSTIFICATIVA

A Escola do Legislativo objetivando cumprir a sua função de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para a cidadania e cumprindo o que determina a Resolução 008/2005 que instituiu Programa Conhecendo o Parlamento, acreditando que investindo na formação política e no incentivo à participação de jovens estudantes, contribuirá para um estado ético e comprometido com o bem comum.

O Programa de Formação de Vereadores Mirins, instituído para constar do calendário oficial da Escola do Legislativo de Santa Catarina, tem os seguintes objetivos e ações:

- propiciar um espaço de reflexão sobre o papel do Parlamento como instrumento de solidificação e fortalecimento da democracia;
- contribuir para valorizar, intercambiar e divulgar projetos e práticas cidadãs em Santa Catarina.
- Incentivar a criação de programas voltados para a educação cidadã nas Câmaras Municipais, sugerindo projetos que aproximem a Sociedade do Parlamento.
- divulgar as ações desenvolvidas pelo programa Conhecendo o Parlamento, instituído por intermédio da Res. 008/2005, no âmbito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;
- ampliar a consciência social, para assuntos relevantes de interesse do cidadão;
- divulgar projetos e programas em tramitação que visem práticas cidadãs, nos legislativos municipais e estaduais;
- incentivar a criação de programas e projetos de Vereadores Mirins, nas Câmaras que ainda não possuem.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 014/09

Dá nova redação aos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 1º Os arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 311. A medida provisória será lida no Expediente e, após a publicação, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para o exame de admissibilidade parcial ou total, nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, no prazo de uma reunião, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência.

Parágrafo único. Após o encerramento do prazo fixado no *caput*, a admissibilidade da medida provisória será incluída na Ordem do Dia da sessão plenária subsequente para discussão e votação em turno único, independentemente parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (NR)

Art. 312. No caso de não admissibilidade pelo Plenário, a medida provisória será arquivada, cabendo à Mesa a elaboração de decreto legislativo declarando-a insubsistente, publicação no Diário Oficial do Estado e comunicação ao Governador do Estado. (NR)

Art. 313. Aprovada pelo Plenário a admissibilidade da medida provisória, caberá à Comissão de mérito específica, no prazo de três reuniões, o recebimento e apreciação de emendas, a emissão de parecer e a elaboração do projeto de conversão de medida provisória em lei.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, cabendo ao Relator o seu indeferimento liminar. (NR)

Art. 314. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de duas reuniões, proceder ao exame do projeto de conversão em lei de medida provisória aprovado na Comissão de mérito, se houver alteração em relação ao texto original da medida provisória. (NR)

Art. 315. A Mesa incluirá em pauta para figurar na Ordem do Dia da sessão subsequente, projeto de conversão em lei de medida provisória, acompanhado do parecer, para discussão e votação em turno único.

§ 1º A discussão do projeto de conversão de medida provisória em lei e das emendas aprovadas será feita em conjunto.

§ 2º É lícito ao Deputado, com o apoio de um décimo dos membros da Assembleia, solicitar a votação do projeto de conversão de medida provisória em lei por partes ou votação em separado de emendas aprovadas ou rejeitadas, nos termos deste Regimento.

§ 3º Durante a discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo tempo máximo de dez minutos, não prorrogável, sendo concedida a palavra, de preferência alternadamente, a parlamentares favoráveis e contrários à matéria.

§ 6º Não será admitido requerimento de adiamento da discussão ou de votação do projeto de conversão em lei de medida provisória, nem a apresentação de emenda em Plenário.

§ 8º Aprovado o projeto de conversão de medida provisória em lei sem alteração do mérito, será a Lei promulgada pelo Presidente.

§ 9º No caso de aprovação do projeto de conversão em lei de medida provisória com alteração em relação ao texto original da medida provisória, o autógrafo será encaminhado ao Governador do Estado para sanção. (NR)

Art. 316. Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias, contados da sua publicação, será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente, em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas em Plenário.

§ 1º Caso o projeto de conversão em lei de medida provisória não seja apresentado até o início do prazo fixado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Se a medida provisória não tiver a sua votação encerrada no prazo de sessenta dias da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, estará automaticamente prorrogada uma única vez por igual período.

§ 3º A prorrogação do prazo de vigência da medida provisória será comunicada em Ato da Mesa publicada no Diário Oficial do Estado. (NR)

Art. 317. Nos casos de não admissibilidade da medida provisória, de rejeição parcial ou total do projeto de conversão de medida provisória em lei, ou ainda de não deliberação no prazo previsto nos §§ 1º e 6º do art. 51 da Constituição do Estado, caberá à Comissão de Constituição e Justiça a elaboração de projeto de decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.

§ 1º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não apresente o decreto legislativo mencionado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Não sendo editado o decreto legislativo até sessenta dias após a rejeição ou a perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jorginho Mello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/08/09

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina submete à elevada consideração de Vossas Excelências projeto de resolução para dar nova redação aos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno.

As alterações propostas visam adequar o processo legislativo das medidas provisórias, regulado no Regimento Interno, às novas normas estabelecidas pela Constituição Estadual, decorrentes da

Emenda Constitucional nº 49, de 17 de julho de 2009, que modificou o prazo de eficácia das medidas provisórias.

Com a vigência da EC nº 49/2009, há necessidade de modificação dos prazos para a admissibilidade e o exame das medidas provisórias no âmbito das Comissões e de apreciação em Plenário, em razão do aumento do período para tramitação do processo legislativo das medidas provisórias que passou de trinta para sessenta dias.

Por tratar-se de adequação do Regimento Interno à Constituição Estadual, a Mesa solicita a aplicação do disposto no § 14 do art. 333 do Regimento Interno, para que o projeto de resolução tramite em regime especial.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

*** X X X ***

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO DO PODER EXECUTIVO Nº 01/2009.

Os Deputados Padre Pedro Baldissera e Dionei Walter da Silva, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com amparo nos artigos 61, V, 71, XI, 334 e 335 do Pergaminho Regimental, combinado no artigo 40, VI, da Constituição Estadual, vêm propor a sustação do Decreto Estadual nº 894, de 23 de novembro de 1972, que disciplina a concessão de Alvarás, de Licenças, a expedição de Registro, Auto de Vistoria Policial e outros documentos, na Secretaria de Segurança e Informações, através da Diretoria de Polícia Judiciária da Superintendência da Polícia Civil, e dá outras providências. A presente proposição abrange todos os atos, mediante portarias e resoluções, que no diploma normativo indigitado, objeto da proposta sustação, se fundamentaram.

Conforme preceitua o artigo 40, VI da Constituição Estadual, em literal reprodução da regra do artigo 49, V da Constituição Federal, a sustação de ato normativo emanado do Poder Executivo tem cabimento diante de duas situações fáticas: a **exorbitância do Poder Regulamentar e/ou dos limites de delegação legislativa**.

Marco Aurélio Pereira Valadão, em artigo doutrinário, assim manifesta-se sobre a possibilidade de sustação de atos do Executivo:

A sustação de atos normativos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional tem natureza de controle de constitucionalidade do tipo controle político. Veja-se que, para o Congresso Nacional sustar ato normativo do Poder Executivo, **há que se configurar a exorbitância do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa**, a critério do Poder Legislativo.

(In.: *Sustação de atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional com base no artigo 49, inciso V, da Constituição de 1988. Revista de Informação Legislativa. N. 153, jan./mar. 2002. P. 288*) (grifamos)

Mais adiante, aquele mesmo autor, referindo-se especificamente à sustação de atos que extrapolem o limite regulamentar, assim manifesta-se:

O excesso de poder, nesse caso, deve ser entendido como o exercício do poder regulamentar além dos limites da lei, o que resulta em ilegalidade do ato e, em consequência, sua inconstitucionalidade, mas não por ferir diretamente a Constituição, e sim por extrapolar os limites da lei regulada. (idem).

Em termos constitucionais, observemos o princípio da recepção de leis e de atos normativos anteriores, entendendo-se revogados aqueles que contrariem materialmente as normas e os princípios insertos na nova Carta.

No caso concreto, a ausência de recepção ao Decreto Estadual nº 894, editado em 1972, decorrente da ordem constitucional estadual de 1967, pode ser verificada no art. 105, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, vigente a partir do ano de 1989, que exige lei complementar para a regulamentação da organização, da competência, do funcionamento e dos efetivos dos órgãos responsáveis pela segurança pública do Estado, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Além da inexistente recepção constitucional, aqui explicitada e fundamentada, incorre o Decreto Lei 894/72 numa grave afronta à Carta Magna, contrariando o seu art.5º, II, que dispõe que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Igualmente ilegal e por decorrência, apenas para configurar a extensão dos prejuízos da equivocada medida junto à comunidade catarinense, a Resolução n.º 004, assinada pelo Delegado Geral da Polícia do Estado e publicada no Diário Oficial n.º 18.604, de 14.05.2009, sustenta basear-se no disposto do art. 106, VI, da Constituição Estadual e no Decreto Lei nº 894/72. No seu artigo 12, este dispositivo exige das pessoas jurídicas, promotoras dos eventos, entre outros procedimentos, o contrato com empresas que realizam segurança e empresas médicas de atendimento emergencial. Além disto, exige a presença de detector de metais no evento. Observa

ainda, em seu artigo 19, § único, que "Visando a observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da proporcionalidade, razoabilidade e da supremacia do interesse público, as autoridades policiais competentes deverão fixar exigências não previstas na presente resolução, bem como adequar as existentes às peculiaridades locais e ou às situações concretas, em qualquer caso sempre precedidas de motivação e fundamentação."

Por certo, a inexistência de proporcionalidade e razoabilidade é o que se apresenta como relevante na Resolução n.º 004/2009, uma vez que estamos aqui nos referindo de eventos, entre outros, que consistem em reuniões dançantes de entidades comunitárias, de bailes públicos e de quermesses e similares. Estes eventos, na maioria dos municípios de Santa Catarina, especialmente os pequenos e médios, além de serem únicas alternativas de lazer e de convívio sócio-cultural amistoso, são base de arrecadação para investimentos em projetos sociais, de uso comunitário. Agravando a ausência de razão e de proporção, como transcrito no artigo 19, § único, da Resolução n.º 004/2009, os promotores dos eventos ficam sujeitos à sorte de novas exigências que assim determinarem as autoridades policiais.

A referida Resolução, consubstanciada no Decreto 894/72, este - como já foi relatado acima - editado no ambiente jurídico da Constituição do Estado de 1967, é uma norma coativa ineficaz, ilegítima e injurídica, não podendo servir como instrumento para autorização e concessão de alvarás.

Se, é passível de concordância que os artigos 144, IV, §§ 4º e 7º, da CRFB/88, e 106, VI, da CE/89, conferem atribuições à Polícia Civil, o mesmo não pode ser dito com relação à concessão de licenças e alvarás. Não existe, na redação constitucional indicada, uma linha sequer acerca das atribuições da Polícia Civil para o exercício de tal prática. Além de carecer de inteira legitimidade, a prática de concessão de licenças e alvarás, quando fundamentadas, no caso de indeferimentos, em muitos casos, vem desacompanhadas de argumentos plausíveis e consistentes, sem a acolhida interna para que o requerente entre com recurso, numa violação gritante e estapafúrdia ao princípio constitucional do devido processo legal, obrigando o mesmo, caso queira ir adiante, ingressar com processo judicial, como pode ser verificado em julgados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a exemplo das seguintes ACMS: n. 2000.015165-3; e n. 00.015540-3.

Corroborando com o presente Projeto de Sustação de Ato, reproduzimos trecho de parecer exarado pela Consultoria Legislativa desta Casa, sobre o Decreto, ora questionado, a pedido de sua Comissão de Segurança Pública, entregue em 25 de novembro de 2008:

Assim, sob o enfoque do Princípio da Legalidade, é considerada abusiva toda ação sem lastro de lei. E, no Estado de Direito, entende-se que nenhum sacrifício ou restrição pode ser imposto ao cidadão sem previsão em lei. Desse modo, é importante alertar para o fato de que a lei, aqui explicitada, deve ser entendida *strictu sensu*. Ou seja, o Estado de Santa Catarina há de promover lei complementar, à lume do Parágrafo único do art. 105 da Carta Estadual, para regulamentar o poder de polícia para a concessão de alvarás, atribuindo essa competência à órgão específico e, por conseguinte, regras objetivas para a expedição dos respectivos atos administrativos, uma vez que a matéria não pode ficar à mercê da subjetividade discricionária de seus agentes.

Inegavelmente, a matéria aqui analisada, necessita de regulamentação por lei, por iniciativa do poder executivo, segundo art. 50 da Constituição Estadual, resultante de um processo legiferante - e se tratando de um assunto polêmico -, precisando ser avaliado segundo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e preferencialmente sugerido e garantido por um percurso de tramitação amparado por audiências públicas participativas e representativas da comunidade catarinense.

Por tudo que aqui foi explicitado e fundamentado, conclui-se que o Decreto 894/72, está eivado de ilegalidade e ilegitimidade, carregado de características peculiares ao regime ditatorial, não adequado à nova ordem constitucional brasileira e catarinense, baluartes do Estado Democrático de Direito.

DIANTE DO EXPOSTO é o presente para requerermos a revogação do Decreto Estadual nº 894, de 23 de novembro de 1972, e de todas as Portarias e Resoluções que nele porventura se baseiam, pela ausência de recepção na Constituição do Estado de Santa Catarina, e pela afronta à Carta Magna, contrariando o seu art.5º, II, que dispõe que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Dionei Walter da Silva

Lido no Expediente
Sessão de 12/08/09

*** X X X ***